

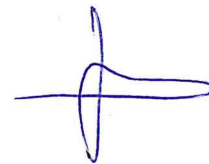
Aprovado por maioria,
com um voto.

Fernando Santos Pereira

ATA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
BARCELOS

SESSÃO DE 2023/09/28
(1ª Reunião)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



ATA NÚMERO VINTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

-----Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de vinte de setembro de dois mil e vinte e três, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo décimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo terceiro do Regimento da Assembleia.-----

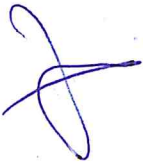
-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação das atas das sessões de vinte e nove de junho e quatro de agosto de dois mil e vinte e três;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga do acordo de reposição do equilíbrio financeiro da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (acordo quadro que se destina a pôr termo à ação executiva existente, por via de transação);-----

-----Ponto três – Discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga da adenda ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (para vigorar a partir de dois mil e vinte e

CÓPIA Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatro), fazendo desta parte integrante os seguintes anexos:-----

-----Anexo um – Caso Base Revisto;-----

-----Anexo dois – Tarifário Revisto (para vigorar em dois mil e vinte e quatro);-

-----Anexo três – Protocolo Tarifário Especial (social);-----

-----Anexo quatro – Plano de Investimento da Concessionária;-----

-----Anexo cinco – Plano de Investimentos Municipal;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão da Carta Educativa do concelho de Barcelos;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação do Regulamento Municipal de Sistema de Partilha em Modos Suaves de Transporte;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Emergência Social, Comprovada Carência Económica e de Risco Social;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da Quinta Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de participações financeiras às Freguesias e União de Freguesias do concelho de Barcelos;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente às Minutas de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e/ou Escola Não Agrupada do concelho de Barcelos;-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar: Declaração de Utilidade Pública Urgente da expropriação, e consequente posse administrativa, dos prédios rústicos, compostos por terreno de lavradio, denominado “Campo de Gatão”, sito em Quintão, freguesia de Rio Covo Santa Eugénia, e todos os direitos a ele inerentes, designadamente

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3

serviços/passagens eventualmente existentes, que se encontrem inseridos e necessários à execução do “Complexo Rodoviário de Barcelos”; aprovação do valor de cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e seis euros relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com o relatório do perito avaliador;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição dos júris de recrutamento e seleção dos cargos de direção intermédia de segundo e terceiro grau, a prover na autarquia;-----

-----Ponto doze – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Abel da Silva Sá, Adelino Lima da Silva Fernandes, Agostinho Martins da Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Ângela Flávia da Silva Sousa, António Augusto Martins de Carvalho, António da Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António Manuel Silva Correia, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira Costa, Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas, Catarina Marina Faria Duarte, Cristiana Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses Costa, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joaquim Pinto do

CÓPIA Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vale, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo de Sousa Alves, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Manuel Vasconcelos Dias, Marcos António Silva, Maria Arminda Silva Cruz, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Marisa Alexandra Silva Pereira, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Natalina de Sá, Néelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Patrick Silva Sousa, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Alexandre Magalhães Alves, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tânia Cristina



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Macedo Ferreira, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Vítor António Martins Ferreira.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----António Cardoso da Silva, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, João Alberto Novais Alves, Jorge César Fernandes da Silva, Maria da Conceição da Costa Araújo, Sandra Cristina Ferreira Simões Soares.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos.-----

-----Declaro aberta a sessão ordinária do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três.-----

-----Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público que está na sala e Público via *Web*.-----

-----A primeira informação que tinha: a senhora deputada, segunda secretária, Guilhermina Guimarães não pode estar presente, convidei a senhora deputada Susana Araújo para completar a mesa. Alguém se opõe? Vamos então continuar os trabalhos.-----

-----Vamos dar início aos nossos trabalhos, começaremos primeiro pelas substituições precisamente.-----

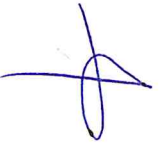
-----A senhora segunda secretária agora em funções, Susana Araújo, vai ler as substituições.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Pediram substituição os seguintes senhores deputados municipais:-----

-----José António Maciel Beleza Ferraz;-----

-----Substituta: Maria da Conceição da Costa Araújo;-----

-----Casimiro da Silva Rodrigues;-----



CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Substituto: Patrick Silva Sousa;-----

-----Miguel Jorge da Costa Gomes;-----

-----Substituta: Marisa Alexandra Silva Pereira;-----

-----Manuel Isaque Ribeiro Ferreira;-----

-----Substituto: Adelino Lima da Silva Fernandes;-----

-----António da Silva Gonçalves do Vale;-----

-----Substituto: Marcos António Silva;-----

-----Paula Maria Barbosa Lopes;-----

-----Substituto: José Paulo de Sousa Alves;-----

-----Miguel Ângelo Silva Pereira;-----

-----Substituto: António Manuel Silva Correia.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária.-----

-----Para o período de antes da ordem do dia e para iniciar as intervenções tem a palavra o senhor deputado Luís Pereira.-----

DEPUTADO DO BTF – Luís Pereira – Boa noite.-----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----O BTF apresenta nesta sessão para votação uma moção intitulada “*Direitos das Pessoas com Deficiência*”, que passo a ler:-----

-----“Na Assembleia Municipal de vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três, o Bloco de Esquerda apresentou para votação uma Moção intitulada “Pelos Direitos das Pessoas com Deficiência”.-----

-----Depois de lida e justificada foi submetida para a correspondente votação. Ora, como é do conhecimento desta Assembleia Municipal em particular e do público em geral, o BTF votou contra sem que, previamente à sua votação,

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7

sensibilizasse o Bloco de Esquerda para que a Moção tivesse o título “Moção de Recomendação”, mantendo todo o seu conteúdo argumentativo, exceto os seus pontos um, dois e três, porque assumiria uma obrigação de execução sobre matérias da exclusiva competência da Câmara.-----

-----Nesse sentido, o BTF entendeu e entende que a Moção a ser aprovada nos termos apresentados não respeitava a separação dos poderes e as competências entre os dois órgãos autárquicos, razão pela qual a Moção viria a ser rejeitada, por maioria.-----

-----Nestes termos, e em cumprimento à justificação do voto contra, o BTF anunciou que apresentaria uma Moção para a criação de uma Comissão de acompanhamento e avaliação sobre o assunto nesta Assembleia Municipal, como contributo em encontrar respostas na melhoria das acessibilidades das pessoas com deficiência.-----

-----Assim:-----

-----Considerando a pertinência e urgência em ser feita uma avaliação sobre as acessibilidades de pessoas com deficiência e no cumprimento desse direito;-----

-----Considerando que tal direito é em muitos casos negligenciado, afastando cidadãos e cidadãs no acesso a múltiplos serviços públicos, como o demonstram vários relatórios nacionais e internacionais;-----

-----Considerando que para além da eventual suscetibilidade do estigma que determinadas deficiências possam provocar, há ainda nos nossos dias e em múltiplas dimensões, dificuldades de acesso a serviços públicos enquanto direitos dos cidadãos com deficiência, designadamente, na atividade escolar, serviços de saúde, equipamentos desportivos, entre muitos outros serviços;-----

-----Considerando ainda o papel que esta Assembleia Municipal tem enquanto órgão deliberativo e fiscalizador das políticas públicas, não se pode alhear dos problemas dos cidadãos mais vulneráveis, deve contribuir com alertas e

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contributos com os demais órgãos a quem compete decidir e aplicar soluções para eliminar barreiras nas acessibilidades;-----

-----Em face do exposto, o Grupo Municipal do BTF representado nesta Assembleia Municipal propõe:-----

-----Um – Que seja constituída uma Comissão de acompanhamento para avaliação das condições existentes no concelho, na defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência;-----

-----Dois – Que a Comissão seja constituída por um elemento de cada Grupo Municipal desta Assembleia Municipal e presidida pelo seu Presidente;-----

-----Três – Que, para além das instituições que a Comissão entenda auscultar, sugeram-se as seguintes:-----

-----Associação dos Deficientes Motores de Barcelos;-----

-----APACI;-----

-----APAC;-----

-----GASC;-----

-----Associação de Acidentes Vasculares de Barcelos;-----

-----ACIB;-----

-----Associação de Fibromialgia;-----

-----Associação de Paramiloidose;-----

-----Diretores dos Agrupamentos das Escolas de Barcelos.-----

-----Barcelos, vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três.-----

-----O Grupo Municipal do BTF na Assembleia Municipal de Barcelos”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Aproveito para informar que já está disponível na *Internet* e está disponível a todos os senhores deputados todas as moções que foram apresentadas (uma do BTF, uma do Chega, uma do Bloco de Esquerda), um voto de pesar e solidariedade do Todos Barcelos e também existe uma moção

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9

subscrita por todos os grupos municipais relativamente à inclusão do Hospital de Barcelos no orçamento do Estado para dois mil e vinte e quatro.-----

-----Vamos então à próxima intervenção do Chega, o senhor deputado António Jardim.-----

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Boa noite.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e todos aqueles que nos acompanham via *Web*.-----

-----«Moção.-----

-----Educação, um direito fundamental de todos.-----

-----Não podemos desvalorizar o papel da escola na sociedade, assim como a exigência que impera nas famílias barcelenses, no que diz respeito à necessidade da escola assegurar o bem-estar dos nossos alunos. É inegável que a sociedade está em constante evolução e assim sendo são cada vez mais importantes a interação entre os meios pedagógicos e os apoios prestados pelas diversas instituições e associações que cuidam dos nossos filhos e netos enquanto os pais ou os encarregados de educação se encontram em período laboral, assim como os que não trabalham por falta de emprego ou porque são portadores de algum tipo de incapacidade ou deficiência. Deste modo pretende-se que todas as crianças tenham acesso a um berçário ou creche, na localidade onde habitam ou numa localidade vizinha sem colocar constrangimentos às famílias.-----

-----Pretende-se também que todas as crianças possam frequentar as escolas do nosso concelho, evitando que se tenham de deslocar para concelhos vizinhos, por falta de condições das nossas escolas, quer seja da sala de aula ou do espaço destinado às atividades complementares conhecidas como CAF (Complemento de Apoio à Família) ou com outra designação similar.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A implementação dos transportes urbanos de Barcelos é sem dúvida uma mais-valia, mas demonstra ser ainda pouco relevante tendo em conta o baixo número de alunos que usam este meio de transporte para os respetivos estabelecimentos de ensino, também aqui entendemos ser necessário um canal de comunicação entre a escola e a TUBA para melhor servir os alunos barcelenses.-----

-----Na página do Município de Barcelos podemos encontrar uma breve introdução sobre a EMEC a qual passo a citar:-----

-----*“Na área da educação, a EMEC está atualmente incumbida da organização e administração da Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos (ETG), da coordenação das Atividades de Enriquecimento Curricular, através do ensino de Inglês, Música e Expressões nas escolas do primeiro ciclo do Ensino Básico do concelho de Barcelos, e está ainda encarregue do desenvolvimento do programa de Apoio Psico/Social/Educativo, também nas escolas do primeiro ciclo”*.-----

-----Como é do conhecimento de todos as AEC's são muito desvalorizadas pelos alunos e famílias.-----

-----Assim, pelos factos expostos, a Assembleia Municipal de Barcelos reunida a vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três delibera:-----

-----Um – Criar uma Comissão Permanente de Educação;-----

-----Dois – Que o trabalho desta comissão incida sobre as necessidades e complexidades de toda a comunidade escolar do concelho tais como a mobilidade e a habitação estudantil, a auscultação de todos os seus intervenientes e também da manutenção e construção/ampliação do parque escolar do município;-----

-----Três – Que todos os Partidos com assento nesta Assembleia indiquem um elemento para esta comissão;-----

-----Quatro – Que sejam elaborados relatórios semestrais sobre os trabalhos

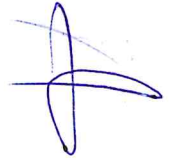
CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11



realizados, com todos os membros da comissão a terem direito a redigir uma conclusão nunca inferior a mil caracteres e nunca superior a mil e quinhentos».

-----Pretendemos com esta comissão trabalhar a educação em Barcelos e deste modo integrar todos os partidos, temos o exemplo da Comissão da Saúde, que tem sido elogiada por todos os quadrantes políticos, acreditamos que também é possível que uma Comissão de Educação possa unir os partidos em defesa da educação barcelense que tem muitas necessidades a serem suprimidas.

-----Não podemos, no entanto, esquecer o trabalho que tem sido desempenhado pelo atual executivo, reconhecendo o empenho e dedicação para o bom funcionamento das nossas escolas.

-----Muito obrigado.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.

-----Tem agora a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

-----O PDM, ou Plano Diretor Municipal, é um instrumento de planeamento e desenvolvimento urbanístico e deve estabelecer diretrizes para o crescimento ordenado do território. É muito mais do que o impasse entre os terrenos de construção e reservas agrícolas ou ecológicas. É muito mais do que as legítimas expectativas dos proprietários de verem os seus terrenos valorizados. O PDM definirá as linhas mestras do desenvolvimento local.

-----Seguem algumas das principais orientações do PDM:

-----O PDM visa ordenar o território municipal, estabelecendo áreas para diferentes usos, como residencial, comercial, industrial, áreas verdes, entre

CÓPIA Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outras. O objetivo é garantir o uso adequado do solo e evitar conflitos entre atividades incompatíveis;-----

-----O PDM deve promover o desenvolvimento sustentável do município, considerando aspetos ambientais, sociais e económicos. Isso inclui a proteção de áreas naturais, o estímulo à eficiência energética, a promoção da mobilidade sustentável e a adoção de práticas de construção sustentável;-----

-----O PDM deve considerar a necessidade de infraestrutura e equipamentos públicos para atender à pressão decorrente do crescimento urbano. Isso envolve a previsão de áreas para construção de escolas, hospitais, parques, redes de transporte, saneamento básico, entre outros;-----

-----O PDM deve considerar a preservação do património cultural e histórico do município, estabelecendo diretrizes para a proteção de edificações, sítios arqueológicos, praças e outros elementos de valor cultural;-----

-----O PDM deve ainda garantir a participação da população no processo de planeamento urbano, por meio de consultas públicas, audiências e mecanismos de participação dos munícipes. Isso permite que os cidadãos contribuam com suas opiniões e necessidades, tornando o plano mais inclusivo e representativo.-

-----Por último, o PDM é absolutamente crucial e decisivo para definirmos que género de concelho desejamos, que tipo de modelo de desenvolvimento pretendemos para construir um futuro sustentável e um desenvolvimento harmonioso do nosso território.-----

-----Chamo a atenção da importância do PDM, que sem a revisão do PDM as Câmaras podem ficar impedidas de concorrer a fundos europeus.-----

-----É verdade que os prazos foram prorrogados, mas é preciso arregaçar as mangas.-----

-----Se deixarmos o Plano Diretor Municipal para a última da hora corremos o risco de apresentar um plano feito em cima do joelho só para não perder os

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13

fundos europeus.-----

-----Queria deixar aqui este alerta a toda a Assembleia e sobretudo ao executivo municipal.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Membros desta Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----A nossa intervenção versará sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

-----O CDS sabe que o executivo municipal se encontra atento e tem prestado atenção ao tema, como o demonstrou pelo desagravamento da taxa de IMI.-----

-----Nos tempos que correm, no mercado imobiliário e em particular no mercado de arrendamento, a escassez e também movidos pela inflação, praticam-se preços que urge combater.-----

-----O Código do IMI prevê várias situações em que é possível aos municípios proceder ao agravamento das taxas de IMI, a suportar por determinados prédios, em determinadas condições.-----

-----Estas medidas, se tomadas, podem atenuar e combater a escassez de prédios para arrendamento e o seu preço, o preço das transações e a limpeza de prédios rústicos.-----

-----Entre essas situações, prevê o Código do IMI que as taxas sejam elevadas anualmente ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, cujo estado de conservação não tenha sido motivado por desastre natural ou calamidade.-----

-----Prevê ainda o Código do IMI que, mediante deliberação da Assembleia

CÓPIA Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, os municípios possam majorar até trinta por cento a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.-----

-----Mais prevê o Código do IMI que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, possam majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono.-----

-----O CDS faz votos para que o executivo municipal possa acolher em futuros orçamentos municipais algumas das medidas que o Código do IMI prevê, pois as mesmas podem servir como um grande incentivo:-----

-----Para que os proprietários de prédios devolutos os coloquem no mercado imobiliário ou no mercado de arrendamento;-----

-----Para que os proprietários de prédios em ruínas os coloquem no mercado imobiliário ou procedam à sua reabilitação;-----

-----E para que os proprietários de prédios rústicos, com área florestal, em situação de abandono, os coloquem no mercado imobiliário ou procedam à sua limpeza, assim evitando a taxa de IMI agravada.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite, Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados e Deputadas, Caro Público, Comunicação Social, os Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e quem nos vê e ouve via *Web*.-----

-----O Bloco de Esquerda traz uma moção a ser debatida e votada, esperemos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

15

que positivamente e favoravelmente, sobre uma questão que é fulcral nos nossos dias: a questão da mobilidade. A importância da mobilidade nas várias intervenções e das várias formas como se pode pôr e colocar a questão.-----

-----Há poucos dias, no dia sete de setembro, até se comemorou o Dia Internacional do Ar Limpo para o Céu Azul, esta data foi designada pela resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, é mais uma forma de sensibilizar para a necessidade urgente e cada vez mais premente de todos os locais contribuírem para um bem comum que é o da descarbonização e do combate às alterações climáticas. Já não se trata sequer de uma questão de princípio, trata-se de uma questão obrigatória. Teremos todos que salvaguardar o planeta, até porque, como habitualmente se diz, não há planeta B.-----

-----E esta questão é fulcral a todos os níveis. A mobilidade nesta perspetiva diria que ecológica, ambiental, de preservação do espaço e do ambiente, mas também sob um ponto de vista de comodidade da deslocação das pessoas. Cada vez mais os grandes centros estão completamente entupidos sob um ponto de vista de mobilidade e a capacidade da fluidez do trânsito é diminuta. E é obrigatório pensar-se numa forma articulada de movimentos que passe por linhas nacionais ferroviárias, rodoviárias, e se as rodoviárias estão, grosso modo, construídas e têm até boa acessibilidade, na perspetiva ferroviária tem sido e foi os últimos vinte/trinta anos um desastre. Veja-se o desmantelamento das redes ferroviárias que nós tivemos no país que têm um valor a todos os níveis, nomeadamente de deslocação e de mobilidade, mas até um valor social para muitas povoações. Quantas terras cresceram no nosso país à custa do comboio a partir da estação de caminho-de-ferro e que muitas dessas situações foram desmanteladas. Temos o exemplo da linha do Minho. Não fora ter sido eletrificada e ter ganho alguma dimensão, na verdade nós hoje teríamos provavelmente uma linha desativada tão importante que é nestas ligações até ao

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nível daquilo que é os grandes centros e neste caso concreto internacional.-----

-----Portanto, é esta perspetiva integrada de correção de assimetrias, até pela forma como nós temos uma dispersão tão grande no território, que nós aqui trazemos para questionar esta Assembleia sobre a necessidade de se pensar no nosso distrito nestas situações.-----

-----Repare-se que a primazia do automóvel é de tal forma que sessenta e seis por cento da população portuguesa desloca-se habitualmente de carro. E que, por exemplo, o mercado do automóvel, direta ou indiretamente, corresponde a vinte e dois por cento do PIB. Veja-se a influência e a importância que isto tem no contexto nacional. E se ele existe no contexto nacional, também temos no contexto distrital.-----

-----E por isso e nessa perspetiva, nós também temos correções e assimetrias a corrigir no nosso distrito, é que nós trazemos esta moção para se refletir ao nível de quê? De quem tem neste momento a gestão dos transportes intermunicipais, que são as CIM's. Terá que ser a partir das CIM's que se faça algo de uma forma concertada e que crie condições para que num futuro próximo, quase imediato, se crie um plano intermunicipal de mobilidade e transportes que seja capaz de dar resposta integrada sobre as CIM's do Cávado e do Ave no caso do distrito de Braga, mas também no Alto Minho e inclusive da Área Metropolitana do Porto. Precisamos de uma conjugação, de uma ligação entre estes diferentes territórios, para que consigamos ter um sistema integrado que responda, por um lado, à questão ambiental, mas que responda, por outro, à eficiência e à mobilidade a partir dos meios de transporte públicos coletivos.-----

-----Por isso, apresentamos, como forma final, digamos, em jeito de recomendação, três pontos que nos parecem fundamentais, e estamos disponíveis obviamente para discutir cada um deles da forma como muito bem entenderem-se:-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Recomendar à Câmara Municipal que proponha ao Conselho Intermunicipal da CIM Cávado a realização de fóruns de debate sobre a mobilidade na região de modo a elaborar um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte como instrumento que equacione novas formas de organização. Nós pretendemos que este plano não seja de gabinete, seja tratado e falado com as pessoas, que sejam criadas condições para haver uma multiplicidade de opiniões, até muitas vezes técnicas importantes;-----

-----Por outro lado, ponto dois, recomendar à Câmara Municipal que pugne por uma política de transporte público coletivo de estratégia concertada entre as Comunidades Intermunicipais do Cávado, do Ave, do Alto Minho e da Área Metropolitana do Porto. Tem que haver esta conjugação e é de todo importante através do PART, do plano de redução do tarifário;-----

-----E, por fim, recomendar à Câmara Municipal que junto do Conselho Intermunicipal reivindique junto do Ministério das Infraestruturas a criação de uma rede ferroviária de ligação entre o Quadrilátero Urbano e do comboio suburbano de Barcelos-Porto.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

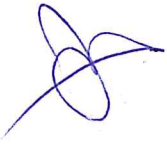
-----Vamos agora à intervenção do senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista Português.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores, Minhas Senhoras.-----

-----Aproveito a palavra que me foi concedida para abordar três assuntos que têm implicações importantes na qualidade de vida dos barcelenses e que no entender do Partido Comunista Português carece de alguns esclarecimentos por

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte do executivo.-----

-----O primeiro assunto será a ciclovia.-----

-----A trapalhada fruto da constrangedora incapacidade política em torno da construção de ciclovia na cidade de Barcelos transformou a circulação rodoviária num pesadelo e colocou uma série de transtornos mesmo a quem circula só a pé para o acesso ao comércio e no acesso aos serviços.-----

-----Posto isto, importa saber:-----

-----Qual o prazo para a conclusão total da obra?-----

-----Qual o motivo de muitos troços continuarem inacabados – sem qualquer avanço há meses – prejudicando tudo e todos?-----

-----Que alterações serão feitas ao projeto da ciclovia? Há troços eliminados? Quais?-----

-----Que repercussões tem a decisão do executivo em alterar a meio da obra para as contas públicas?-----

-----O segundo assunto é a habitação.-----

-----Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação e promoção pública.-----

-----Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhares de famílias.-----

-----Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do setor e que não estão no chamado pacote “Mais Habitação”.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não é sério a desresponsabilização do Estado através de protocolos de colaboração com os municípios.-----

-----Contudo, não posso ignorar a importância do papel que o poder local tem na dimensão do problema da habitação.-----

-----Neste sentido, questiono a Câmara Municipal de Barcelos que medidas está a tomar, dentro das suas competências e para além dos instrumentos que já existem, de forma a combater o flagelo de acesso à habitação que afeta de forma severa os barcelenses.-----

-----Terceiro assunto: creches.-----

-----Estamos confrontados com preocupante défice demográfico.-----

-----A queda de natalidade no concelho é um aspeto negativo que merece preocupação, sendo necessárias medidas urgentes para ultrapassá-la.-----

-----O aumento do custo de vida, os baixos salários, o desemprego e precariedade, a desregulação do horário de trabalho, as dificuldades de acesso à habitação, a degradação dos serviços públicos são motivos centrais na decisão dos jovens optarem por não ter filhos.-----

-----A todas estas precariedades da vida podemos juntar a falta de resposta às necessidades das famílias na hora de colocar os seus filhos quando vão trabalhar.-----

-----As crianças e as famílias carecem urgentemente da criação de uma rede pública de creches que deve cobrir todo o concelho.-----

-----Que medidas está tomar a Câmara Municipal de Barcelos, também dentro das suas competências, porque a maior competência é do Estado português, da administração central, para contribuir do afastar desta carência no concelho de Barcelos?-----

-----Muito obrigado pela vossa atenção.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Nuno Martins, do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Nuno Martins – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Barcelenses, Comunicação Social.-----

-----A Assembleia Municipal de Barcelos vai voltar a votar, nesta sessão, o terceiro aditamento ao contrato de concessão da água e saneamento no concelho de Barcelos.-----

-----Relativamente à votação aqui realizada sobre este assunto, em fevereiro deste ano, pouco ou nada se altera.-----

-----O que se alterou foi a postura da Câmara Municipal: da propaganda desbragada de uma pretensa solução definitiva para o problema da concessão, passou para o silêncio, escondendo durante quatro meses o parecer emitido pela ERSAR.-----

-----Vereadores, partidos da oposição, deputados municipais e os barcelenses em geral foram desprezados nos seus direitos de informação. Aos barcelenses a Câmara parece reservar apenas o papel de pagadores dos aumentos que já foram promovidos no preço da água e que a Câmara se prepara para promover nos resíduos.-----

-----Bem pode o senhor presidente da Câmara apregoar ser o arauto da transparência e da participação: estará sempre a evocá-las em vão, porquanto a sua prática é bem diferente!-----

-----Até aqui, nada de novo: um executivo que vive da propaganda e que dá a conhecer assuntos e documentos em conferência de imprensa antes de os facultar aos vereadores, desrespeitando os órgãos e a dignidade democrática dos eleitos; reuniões de Câmara extraordinárias em que os vereadores têm acesso a

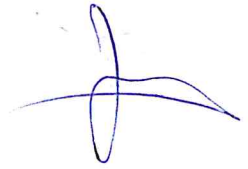
CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

21



centenas de páginas de documentos com dois dias de antecedência; a fuga permanente à responsabilidade política; as avenças para todos os gostos, entre outros.-----

-----O que é novo e está à mostra não é sequer esta tentativa de esconder o parecer, que prova que esta Câmara não quer contar com ninguém para construir uma solução. Nem é sequer o embaraço causado por aquilo que diz a ERSAR ou o Tribunal de Contas. O que agora é novo é esta fuga para a frente que é: pagar pareceres jurídicos para ter razão e fugir à fiscalização de um negócio que se propõe faturar, nas próximas décadas, mais de mil milhões de euros.-----

-----Vejamos:-----

-----A ERSAR diz no seu parecer: *“Existem aspetos para os quais cumpre alertar as partes, advertindo-se para a obrigatoriedade de correção daqueles que constituem requisitos legais, aconselhando-se, igualmente, que sejam tidas em consideração as recomendações”*.-----

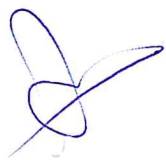
-----Ora, os especialistas contratados pela Câmara dizem que não têm de fazer nada disto e, dos cinco aspetos que têm obrigatoriamente de ser corrigidos, apenas um será tido em conta!-----

-----Quanto às recomendações, praticamente não merecem atenção dos tais especialistas.-----

-----Já o Tribunal de Contas diz: *“deve (a Câmara) submeter a fiscalização prévia, abstendo-se de lhe dar qualquer execução sob pena de incorrer em responsabilidade financeira sancionatória”*.-----

-----Por isso, perguntamos: vai este executivo abreviar procedimentos (e estou a ser simpático) como sucedeu aquando da adenda de dois mil e oito ou do acordo de dois mil e seis com a Águas de Barcelos? Se vai, aconselhamos uma conversa com os vereadores de então antes de serem assumidas as responsabilidades financeiras pessoais.-----

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Lembramos que os pareceres jurídicos terminam quase sempre com a afirmação “salvo melhor opinião”, o que significa que, quando se trata de responsabilidade pessoal, não são os pareceres que estão em causa, mas o património de quem vota favoravelmente!-----

-----Portanto, para a Câmara, como o parecer da ERSAR não é vinculativo, passa à frente e ignora o que lá está, numa tentativa de esconder o embaraço.---

-----E se, como dizem, não é necessário visto prévio do Tribunal de Contas, então nenhuma entidade vai fiscalizar efetivamente o contrato ou a sua execução!-----

-----Mas não é isso que sente o senhor presidente da Câmara, que deve ter ficado a ponderar na responsabilidade financeira, pois na conferência de imprensa, em que de tudo falou e tudo mostrou, diz o seguinte: “não é obrigatório (o visto do Tribunal de Contas) mas, se for exigido, não há problema e no prazo de um mês o Tribunal de Contas dará o visto”!-----

-----Se for exigido? Por quem? A quem compete essa exigência?-----

-----Vai ser exigido pelos barcelenses que foram obrigados a assinar uma confissão de dívida perante a Águas de Barcelos, na sequência das declarações do senhor presidente proferidas nesta Assembleia?-----

-----E quem forçará o Tribunal de Contas a emitir visto num mês, sabendo-se que é prática habitual o pedido de informações complementares?-----

-----Senhor Presidente, Senhores Deputados,-----

-----Ninguém de boa-fé pode deixar de reconhecer a necessidade de resolver o problema da concessão e da ação executiva.-----

-----Como já o referi, ninguém irá retirar vitórias políticas deste assunto, muito menos os barcelenses!!-----

-----Muitos caminhos já foram percorridos e soluções apresentadas sem sucesso.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mas o que estamos a ver deixa-nos muito preocupados.-----

-----Tínhamos razão quando votámos estes documentos em fevereiro passado, como atestam agora a entidade reguladora e o Tribunal de Contas, e esperamos, sinceramente, que as coisas não se compliquem ainda mais e que seja construída uma solução equilibrada e justa, capaz de sanar um problema criado há duas décadas pelo PSD.-----

-----Para isso é preciso que todos participem no debate, tenham acesso aos documentos e estejam a par das negociações.-----

-----Afinal, questões que o senhor presidente da Câmara colocava enquanto oposição.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via *Web*.-----

-----Permitam-me que inicie a minha intervenção destacando a importância e a pertinência da apresentação da moção relativa à urgência da construção do novo Hospital de Barcelos, dadas as precárias condições do atual hospital, o Hospital Santa Maria Mayor, que somente vai garantindo serviços de saúde de qualidade fruto do elevado empenho e profissionalismo dos profissionais de saúde e auxiliares que lá trabalham.-----

-----O *dossier* da construção do novo Hospital de Barcelos tem sido um

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo que se vem a arrastar ao longo do tempo, com sucessivos avanços e recuos, esperando nós que esta importante obra esteja próxima de ser concretizada. Permitindo que Barcelos e os barcelenses tenham acesso a cuidados de saúde condignos e equiparados ao que de melhor se pratica em outros territórios.-----

-----Estamos perante um momento importante e decisivo para que a construção do novo hospital seja uma realidade a breve prazo, esperando todos que, em outubro, na apresentação do orçamento de Estado para dois mil e vinte e quatro, esteja no mesmo contemplada verba para a construção do novo Hospital de Barcelos, respondendo assim a uma necessidade e a um justo anseio de Barcelos e dos barcelenses.-----

-----O programa “Novos Caminhos”, em boa hora planeado e a implementar pelo executivo municipal, numa parceria muito interessante e bem conseguida com as juntas de freguesia do concelho, tem como grande objetivo a eliminação dos caminhos em terra batida ainda existentes no concelho de Barcelos.-----

-----Um programa que foi planeado para ser executado em quatro anos, num montante global de dez milhões de euros, e que culminará com a execução de obras em mais de noventa quilómetros, abrangendo as mais diversas freguesias, de norte a sul, do concelho de Barcelos. Traduzindo-se num projeto estratégico de desenvolvimento do concelho assente na coesão territorial e na melhoria das condições de vida dos barcelenses.-----

-----O Grupo Municipal do PSD gostaria de destacar a forma exemplar como a implementação do programa “Novos Caminhos” está a ocorrer, num louvável esforço conjunto entre executivo municipal e juntas de freguesia que permite, em ano e meio de projeto, atingir resultados como: duzentas e trinta e quatro ruas do concelho de Barcelos pavimentadas; nove milhões de euros já investidos. Significa assim que, em ano e meio, já se investiu noventa por cento do valor



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

25

projetado, o que levará, seguramente, a um reforço da verba destinada a este projeto dada a sua relevância, dado o seu impacto na melhoria das condições de vida de todos os barcelenses.-----

-----Permitam-me que destaque uma outra área de atuação onde as parcerias entre o executivo municipal e as juntas de freguesia têm sido notáveis, que é a construção e renovação de infraestruturas desportivas e a colocação de relvados sintéticos. Aqui permitam-me que inclua um terceiro parceiro: as associações desportivas do concelho.-----

-----Estas parcerias têm sido fundamentais para permitir que em dois anos de mandato se tenha financiado seis novos relvados sintéticos nas freguesias, aos quais acrescem os relvados dos campos de treinos do Complexo Cidade de Barcelos. Melhorando assim significativamente os parques desportivos e as condições para o fomento, a prática e o desenvolvimento da atividade desportiva. Permitindo a Barcelos que recupere do atraso que foi votado nesta matéria durante doze anos. Permitindo a Barcelos que se aproxime significativamente dos concelhos nossos vizinhos no que a condições de equipamentos desportivos diz respeito.-----

-----Estes são apenas alguns exemplos da forma como o executivo municipal tem encarado a importância do trabalho em parceria com as juntas de freguesia e com o pujante movimento associativo do concelho, no sentido de, deste trabalho conjunto, resultar uma melhor governação autárquica e uma governação assente num novo paradigma de Câmara Municipal aberta, em favor de Barcelos, ao serviço dos barcelenses.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Segunda ronda.-----

-----Tem agora então a palavra para iniciar o senhor deputado Luís Pereira, do

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

BTF.-----

DEPUTADO DO BTF – Luís Pereira – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Sobre a criação de uma comissão permanente de educação e não estando em causa a importância do acompanhamento de tão importante atividade, o BTF entende que a criação dessa comissão colidiria com o Conselho Municipal de Educação, e com as suas competências, o qual foi eleito para acompanhar e pronunciar-se sobre matérias de educação. Aliás, como consta do ponto quatro da ordem do dia, sobre a aprovação da Carta Educativa, tendo tal Conselho emitido correspondente parecer. Pelo que esta Assembleia Municipal, no entendimento do BTF, pode auscultar o Conselho Municipal de Educação sempre que necessário.-----

-----Em face do exposto, o BTF votará contra a presente proposta.-----

-----Votaremos favoravelmente as restantes moções e o voto de pesar.-----

-----Sobre a intervenção do PS, a mesma é da responsabilidade dos senhores vereadores do PS, pois é cópia da declaração de voto dos vereadores na reunião de Câmara. O líder do PS limitou-se a ser leitor de uma declaração de voto já conhecida.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado António Jardim, do Chega.-----

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor presidente, na sua pessoa aproveito para cumprimentar novamente todos os presentes.-----

-----Relativamente à moção do BTF, a mesma vem no seguimento da nossa recomendação apreciada e votada nesta Assembleia no passado dia vinte e oito

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de abril. Neste caso, e porque nos revemos no seu conteúdo, votaremos a favor.-

-----Quanto ao voto de pesar e solidariedade do Todos Barcelos, e porque é um tema que não nos deixa indiferentes, também votaremos a favor.-----

-----O Bloco de Esquerda apresenta uma moção, mas na verdade o documento apenas recomenda, e apesar dos pontos conterem excessos, os mesmos que estamos habituados neste partido, o Chega não tem complexos ideológicos e não tem problemas em aprovar as três recomendações. Mas fica o registo para o futuro: para o Bloco uma recomendação ou uma moção tem a mesma validade.-

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.-----

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo senhor presidente, na pessoa de Vossa Excelência cumprimento todos os presentes.-----

-----Dizer que as moções merecem a minha aprovação e não podia deixar uma palavra de apreço à moção que com certeza nem todos teriam tido acesso, teria sido entregue muito em cima, que é a moção sobre o novo hospital. E é importante também muitas vezes valorizar aquilo que é um trabalho conjunto de todos os oito partidos e movimentos partidários que compõem esta Assembleia. É uma Assembleia que por vezes valoriza mais a crítica, mas temos que valorizar a postura correta de todos os partidos. Assumo aqui humildemente que houve contributos muito superiores ao meu, houve pessoas que pelo seu conhecimento que têm profissional conseguiram trazer mais-valia a esta moção. Mas é importante também valorizarmos aquilo que se faz de positivo e a forma abnegada com que os partidos assumiram este desafio, independentemente de qualquer ideologia política conseguimos juntar esforços, esperemos que esta moção consiga o seu objetivo, que é a construção do novo hospital.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, renovo os meus cumprimentos.-----

-----Quanto à moção do Chega, o CDS votará contra. Isto porquê? Porque aquilo que o partido propõe conflitua com os poderes do Conselho Municipal de Educação. O Conselho Municipal de Educação foi criado pelo Decreto-Lei vinte e um/dois mil e dezanove, é composto por uma série de entidades, está tudo plasmado nesse mesmo diploma no artigo cinquenta e sete, e, portanto, é quase uma repetição desse Conselho Municipal de Educação e não vemos razão nenhuma para a sua existência.-----

-----Votaremos favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda, que mais não é do que uma recomendação, como já aqui foi dito. Não temos qualquer preconceito ideológico em votar favoravelmente, embora saibamos que o contrário não é verdade. Ainda bem que há diferenças entre nós. Excelente.-----

-----Votaremos favoravelmente a moção do BTF.-----

-----Assim como votaremos favoravelmente o voto de pesar e solidariedade apresentado pelo Todos Barcelos.-----

-----Por fim, uma última palavra à intervenção do Partido Socialista. Senhor deputado e Partido Socialista, tudo quanto aqui foi dito em relação ao alegado secretismo do parecer da ERSAR é asneira. E isto porque todos os pareceres são públicos. Os pareceres da ERSAR são públicos, meus senhores. Qualquer pessoa tem acesso aos pareceres da ERSAR. A partir de dezanove de maio de dois mil e vinte e três, consultámos a página, o sítio da ERSAR, e estava lá plasmado o parecer. Portanto, a Câmara não pode esconder aquilo que é público, como é óbvio!-----

-----Muito obrigado.-----

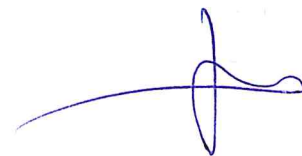
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



-----Tem a palavra o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de Esquerda.-

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Comunicação aqui presente, Público aqui presente e quem nos acompanha via *Web*.-----

-----Relativamente à intervenção do CDS, por acaso é curioso, nós temos muita pena que o CDS não tenha apresentado uma moção pela majoração do IMI, porque receberia o nosso voto a favor também. Sempre foi algo que nós aqui defendemos nesta Assembleia ao longo dos mandatos. Agora, acho que é curioso, não deixamos de achar que é curioso que agora o CDS faça marcha-atrás. Porque quando apresentámos, quando o Bloco de Esquerda apresentou, em mandatos anteriores esta proposta, foi chumbada e contou com os votos contra do CDS. Não deixamos de assinalar esta positiva mudança de posição.-----

-----Relativamente à moção apresentada pelo Chega, nós não temos qualquer dúvida de que esta moção tem um único objetivo: que passa por lavar a imagem deste partido. Fazem uma moção bem-intencionados como se o partido já não tivesse defendido o fim da escola pública. A escola pública que é o garante da igualdade e da universalidade da educação. A escola pública que não é sequer mencionada na moção, numa moção pela educação, o que não deixa de ser curioso. Ou o facto de também não mencionarem a transferência de competências, que é um ataque claro à escola pública. O que o Chega nos traz com esta moção é apenas uma manobra de malabarismo como que para esconder o seu passado político, como já nos habituaram.-----

-----Relativamente à moção do BTF. Agradecemos desde já a publicidade que fizeram da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e que infelizmente foi

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chumbada na última Assembleia Municipal, com os votos contra do BTF. Mas pergunto-me, senhoras e senhores deputados: porquê apresentar a moção que apresentam hoje? É peso na consciência? Porque quando o Bloco apresentou a sua moção tínhamos um objetivo bastante claro: era comprometer o executivo camarário a dar respostas às pessoas com deficiência. E infelizmente esta moção foi chumbada e não faltaram justificações, inclusive votariam favoravelmente caso passasse a uma mera recomendação, ou seja, se a moção assumisse uma posição mais fraca e menos comprometedora, falando a nível político. E hoje o BTF faz o frete de mostrar que afinal há preocupação com esta comunidade. A criação de uma comissão para acompanhar a situação das pessoas com deficiência, se a Câmara faz ou deixa de fazer... Para isso já existe a Assembleia Municipal, senhor deputado! A moção apresentada pelo BTF é um autêntico embuste, sem qualquer impacto concreto na vida das pessoas com deficiência. Para ser aprovada não contarão com o voto a favor do Bloco de Esquerda neste truque de malabarismo, que é o que esta moção é.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista Português.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.-----

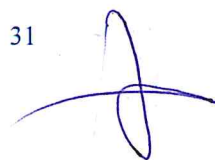
-----Sobre a abordagem que foi feita aqui pelo Partido Socialista sobre a questão da água, novamente em assunto, eu vou-me escusar em aprofundar, mas não quero deixar de reforçar também que houve uma mudança de comportamento do executivo perante a oposição naquilo que é o esclarecimento e a clarificação da situação em torno desta questão. E nem a retórica do senhor deputado Firmino, do CDS, consegue de facto esconder que a Câmara teve a preocupação de não tentar que fosse público, e quando eu digo público, do



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

31



conhecimento público, porque ninguém tem uma chamada de atenção na ERSAR que toca quando entra um parecer novo. Portanto, a Câmara Municipal de Barcelos se queria de facto esclarecer e ter a oposição esclarecida quando recebeu, porque recebeu o parecer, ao contrário da oposição, eu nunca a recebi, eu tenho-o porque de facto fui buscar à ERSAR, deveria ter feito. E porque é que mudou o comportamento? Porque em fevereiro estava confiante e em setembro está comprometida. E está de tal maneira comprometida que há uma intenção dos partidos que sustentam este executivo de bloquear a discussão em torno deste assunto, metendo esta discussão numa Assembleia densa que não permita à oposição ter uma posição consistente e com tempo para esclarecer todos os aspetos que foram abordados pelo parecer e aquilo que está a ser feito por este executivo.-----

-----Em relação à questão do hospital que foi levantada aqui. Eu não tenho dúvida nenhuma que qualquer deputado aqui presente, vereador e senhor presidente da Câmara que estão honestamente em defesa do hospital. Mas não posso deixar de dizer – porque dá a ideia que estamos todos ao mesmo – aos deputados do PSD, do PS e do CDS que não se pode estar com o Deus e com o Diabo. Porque se o novo hospital não é uma realidade no concelho de Barcelos é porque estes partidos seguem uma política neoliberal de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde que prejudica a construção do novo hospital e prejudica o acesso à saúde por parte dos barcelenses e de todos os portugueses. Portanto, não estamos aqui em pé de igualdade, embora eu não desconfie individualmente da honestidade e da postura correta de cada deputado.-----

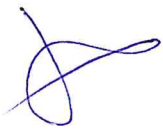
-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Carlos Brito, do Partido Socialista.-

DEPUTADO DO PS – Carlos Brito – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social.-----

-----O Partido Socialista votará favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda por considerar que faz todo o sentido pensar a mobilidade e os transportes públicos de forma integrada e supramunicipal.-----

-----Votaremos também favoravelmente o voto de pesar e solidariedade do Todos Barcelos.-----

-----Quanto à moção do BTF, iremos abster-nos por considerarmos estar perante um aproveitamento político de uma proposta já aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda e que o BTF reprovou.-----

-----Sobre a moção do Chega, votaremos contra porque o seu conteúdo não aborda os problemas centrais da educação e porque sugere a criação de mais uma comissão sem que se antecipe a sua utilidade, ignorando a existência de um Conselho Municipal de Educação, onde estão representados os presidentes de junta e vários agentes do setor da educação.-----

-----Sobre a recomendação do CDS, que deixou de o ser, recordamos que a possibilidade de agravamento da tributação em sede de IMI dos prédios devolutos já tem previsão legal, falta implementar.-----

-----No entanto, estando em causa a problemática da habitação, entendemos que é urgente nesta matéria o município diligenciar pela delimitação das zonas de pressão urbanística, as chamadas ZPU's, mecanismo fundamental para a problemática da habitação.-----

-----Sobre a moção do hospital, naturalmente todos os partidos defendem a sua construção, por isso iremos votar favoravelmente. Mas impõe-se perguntar: qual tem sido a ação da Câmara sobre este assunto? Onde está a aquisição dos terrenos que o PSD exigia quase diariamente até dois mil e vinte e um?-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

33

-----E porque a saúde não se esgota no hospital, onde estão os projetos de intervenção nas unidades de cuidados de saúde primários, por forma a executar os milhões de euros disponibilizados pelo governo para equipamentos de saúde em Barcelos através do PRR?-----

-----Como está a situação lamentável da extensão de saúde de Sequeade? Continua indefinidamente encerrada?-----

-----Qual a estratégia da Câmara para a saúde em Barcelos? Resume-se a exigir do governo, sem nada fazer?-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, permita-me que em si renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.-----

-----Somente para partilhar com vocês a posição do PSD em relação às moções e voto de pesar hoje aqui apresentadas.-----

-----Quanto ao voto de pesar do Todos Barcelos, votamos naturalmente a favor.-----

-----Relativamente à moção do Bloco de Esquerda, votaremos favoravelmente a proposta pois é uma recomendação e a temática da mobilidade, nomeadamente a mobilidade no Quadrilátero Urbano, é também já uma preocupação do executivo municipal.-----

-----Votaremos favoravelmente a moção do BTF pois também partilhamos da mesma preocupação e dos mesmos valores em relação aos direitos das pessoas com deficiência.-----

-----Relativamente à moção do Chega, o nosso voto é contra, na medida em

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se, por um lado, concordamos que a educação é de fundamental importância e a base do desenvolvimento humano e da sociedade, por outro lado, a tipologia de comissão que a moção propõe criar abarca já as competências do Conselho Municipal de Educação, pelo que teria assim um papel redundante. E permitam-me ainda mostrar a discordância da bancada do PSD a algo que diz a moção do Chega, quando a mesma refere *“Como é do conhecimento de todos as AEC’s são muito desvalorizadas pelos alunos e famílias”*, não podíamos estar mais em desacordo, pois achamos precisamente o contrário, e por isso é que tem sido efetuado um esforço para aumentar a taxa de cobertura das AEC’s, algo que tem sido amplamente conseguido. E, se me permitem, gostaríamos de questionar o Chega de qual é a sua base de estudo para fazer tal afirmação.-----

-----O senhor deputado Nuno Martins e o Partido Socialista decidiram trocar a ordem de trabalhos e antecipar a discussão do ponto dois e três dessa mesma ordem de trabalhos, numa espécie de tempo extra de jogo, que está muito em voga atualmente, na tentativa de marcar um golo salvador no último segundo. Eu diria melhor, na tentativa de marcar um golo no aquecimento do jogo. E coloca um conjunto de questões à Câmara e ao seu presidente no período de antes da ordem do dia sabendo precisamente que o presidente da Câmara não consegue responder neste período, o que é politicamente pouco ético. E eu deixarei essa discussão para o tempo efetivo de jogo e não responderei a esse tipo de questões.-----

-----Relativamente ao hospital, a Câmara já manifestou total disponibilidade para adquirir os terrenos mal o vosso governo coloque no orçamento do Estado. Vamos esperar!-----

-----Muito obrigado.-----

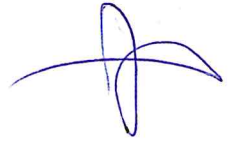
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminou o período de antes da ordem do dia, vamos passar ao processo



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



de votações!-----

-----Vamos votar primeiro a moção do BTF!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Dois BE)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Vinte e nove: vinte e sete PS, um TB, um PCP)-----

-----Quem vota a favor?-----

----- (Setenta e seis: dezasseis PS, trinta e um PSD, vinte BTF, dois CH, um TB, dois CDS, quatro IND)-----

-----Esta moção foi aprovada por maioria com dois votos contra, vinte e nove abstenções e setenta e seis votos a favor.-----

-----Vamos votar a moção do Chega!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Cento e quatro: quarenta e três PS, trinta e um PSD, vinte BTF, um TB, dois CDS, dois BE, um PCP, quatro IND)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem vota a favor?-----

----- (Três: dois CH, um TB)-----

-----A moção foi rejeitada com cento e quatro votos contra, zero abstenções e três votos a favor.-----

-----Vamos à votação do voto de pesar e solidariedade do Todos Barcelos!-----

-----Quem vota a favor?-----

----- (Cento e sete: quarenta e três PS, trinta e um PSD, vinte BTF, dois CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, quatro IND)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos guardar um minuto de silêncio.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- (Guardou-se um minuto de silêncio) -----

----- Moção do Bloco de Esquerda. -----

----- Quem vota contra? -----

----- (Ninguém) -----

----- Quem se abstém? -----

----- (Ninguém) -----

----- Está aprovada por unanimidade (quarenta e três PS, trinta e um PSD, vinte BTF, dois CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, quatro IND) -----

----- Moção sobre o hospital. -----

----- Eu pedia ao senhor primeiro secretário se procedia à leitura. -----

PRIMEIRO SECRETÁRIO – “Moção. -----

----- Inclusão do novo Hospital de Barcelos no Orçamento do Estado/dois mil e vinte e quatro. -----

----- Enquadramento. -----

----- O atual Hospital de Barcelos (que serve mais de cento e cinquenta mil habitantes de Barcelos e Esposende) está instalado num edifício pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, no qual foram aproveitados e remodelados todos os espaços disponíveis, ao longo das últimas décadas, para poder dar resposta ao crescimento da procura de cuidados de saúde. Atualmente, já não existe qualquer possibilidade de crescimento, em termos de ocupação de espaços disponíveis, tendo por isso o atual Hospital chegado ao seu limite. -----

----- Uma grande parte das atividades assistenciais do Hospital, tais como Consultas Externas, Serviço de Urgência, Imagiologia, Esterilização e Pequena Cirurgia, funciona na área conventual do edifício, com todos os constrangimentos que a própria arquitetura implica para quem presta e recebe os cuidados de saúde. -----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

37

-----Por exemplo, o Bloco Operatório funciona num edifício construído há mais de cinquenta anos, cujas condições são muito precárias e desadequadas tendo por base as atuais regulamentações de qualidade e segurança hospitalar, como bem comprovam os relatórios da Entidade Reguladora da Saúde, entre outras entidades fiscalizadoras. Este dispõe apenas de duas salas operatórias, que se revelam insuficientes para as necessidades que os cuidados de saúde atuais exigem. Esta situação agravou-se ainda mais quando, em dois mil e oito, entrou em funcionamento a cirurgia de ambulatório.-----

-----Remodelações/Adaptações.-----

-----Ao longo dos tempos, o Hospital foi sujeito a obras de remodelação e adaptação para continuar a responder, com eficiência e eficácia, à procura crescente da população que serve. Considerando as atuais instalações e os meios de que dispõe, conclui-se que este já não consegue responder, de forma adequada, tendo em conta os padrões de qualidade e segurança mínimos exigidos a uma entidade prestadora de cuidados de saúde nos tempos modernos.-----

-----Plano Estratégico para a construção do Novo Hospital.-----

-----Em dois mil e oito, a então Ministra da Saúde, aprovou o Plano Estratégico para o Novo Hospital, que o considerou um documento muito bem elaborado, tecnicamente, e muito bem justificado. Aprovado o Plano Estratégico, este foi entregue a uma empresa especializada para a elaboração do Programa Funcional, que ficou concluído no início do ano de dois mil e oito.-----

-----A Ministra da Saúde, no Despacho que exarou sobre a construção do Novo Hospital, recomendou à Câmara Municipal de Barcelos que faça a sua proposta relativamente ao terreno onde pretende construir o Novo Hospital, cuja aquisição é da competência do Município de Barcelos, conforme Protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Barcelos e a ARSN. O terreno está definido

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e pronto para aquisição imediata.-----

-----Reuniões realizadas.-----

-----A Comissão de Saúde da Assembleia Municipal de Barcelos, criada a sete de janeiro de dois mil e vinte e dois, planeou e realizou várias reuniões com diversas entidades responsáveis pelas instituições de saúde dos dois concelhos, Barcelos e Esposende, a fim de possibilitar uma discussão ativa sobre os problemas em questão entre todas as partes envolvidas. Assim, de seguida, apresentam-se as datas e as entidades com as quais a Comissão Municipal de Saúde realizou reuniões e uma visita:-----

-----Em vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e dois, reuniu com o Presidente da Câmara Municipal de Barcelos;-----

-----Em quatro de março de dois mil e vinte e dois, reuniu com o Conselho de Administração do Hospital Santa Maria Maior de Barcelos;-----

-----Em onze de março de dois mil e vinte e dois, reuniu com o Conselho Diretivo do ACES Cávado III – Barcelos/Esposende;-----

-----Em vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, reuniu com a Direção da Casa de Saúde de São João de Deus e a Direção da Casa de Saúde de São José;-

-----Em dezoito de junho de dois mil e vinte e dois, reuniu com o Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN);-----

-----Em onze de agosto de dois mil e vinte e dois, solicitou audiência com a senhora Ministra da Saúde, que nunca chegou a ser realizada;-----

-----Em treze de setembro de dois mil e vinte e dois, solicitou audiência com o senhor Ministro da Saúde, não tendo sido concedida até ao presente;-----

-----Em vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e dois, realizou uma visita, pelos elementos da Comissão de Saúde, às instalações do Hospital Santa Maria Maior;-----

-----Em seis de fevereiro de dois mil e vinte e três solicitou reunião ao Diretor

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

39

Executivo do SNS, que até ao presente não agendou reunião;-----

-----Em doze de abril de dois mil e vinte e três reuniu com a Comissão Parlamentar de Saúde na Assembleia da República. Registaram-se intervenções dos Presidentes da Assembleia (Barcelos e Esposende), Câmara Municipal e todos os Grupos Municipais (PS, PSD, BTF, CH, TB, CDS, BE e PCP). Usaram ainda da palavra os seguintes Grupos Parlamentares: PS, PSD, CH, PCP e BE. As intervenções foram unânimes no sentido de apoiar a construção do Novo Hospital de Barcelos.-----

-----Destas reuniões e visita, pode-se concluir que o processo para a construção de um Novo Hospital em Barcelos, anseio que vem do século passado, é moroso, doloroso e oneroso para as populações servidas. Todas as partes envolvidas reconheceram que a atual estrutura física do Hospital de Barcelos está obsoleta, degradada e sem qualquer possibilidade de eficaz reestruturação/remodelação. Está claro e aceite, unanimemente, que é necessária a construção de um Novo Hospital, em Barcelos, para servir as populações de Barcelos e Esposende.-----

-----Face ao exposto, e considerando que este mês foi aprovado o novo Programa Funcional, a Assembleia Municipal de Barcelos solicita ao Governo, e à Assembleia da República, a inclusão urgente da obra do Novo Hospital de Barcelos no Orçamento do Estado de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Barcelos, vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três".-----

-----Esta moção foi assinada por todos os líderes dos grupos municipais.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor primeiro secretário.-----

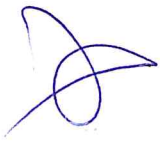
-----Vamos passar à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

------(Ninguém)-----

-----A moção está aprovada por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, vinte BTF, dois CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, quatro IND).-----

-----Informo também que está aprovada uma lista no seio da Comissão de Saúde para o envio da moção: ao governo, ao senhor primeiro-ministro, ao ministro da Saúde, à Assembleia da República, ao senhor presidente da Assembleia da República, ao CEO do Ministério da Saúde, ao senhor ministro das Finanças. Portanto, a moção será remetida para essas entidades já delineadas em sede da Comissão de Saúde.-----

-----Vamos avançar para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. O ponto seguinte não vai existir porque não se registaram inscrições do público.-----

-----Pedia à senhora segunda secretária para anunciar o resultado da votação que tivemos aqui antes de abirmos esta sessão.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Obrigada, senhor presidente.-----

-----Eleição para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Barcelos.-----

-----Resultado da votação:-----

-----Inscritos – cento e vinte e três;-----

-----Votantes – sessenta e dois;-----

-----Lista A – cinquenta e cinco;-----

-----Votos em branco – seis;-----

-----Votos nulos – um.-----

-----Eleita: Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----A nossa colega a senhora deputada Rosa Costa será o novo elemento da CPCJ, desejo de toda a câmara um bom desempenho nessas funções, porque está em representação da Assembleia Municipal de Barcelos. Muito obrigado por estar nesse cargo.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Vamos então entrar no período da ordem do dia e vamos para o primeiro ponto: aprovação das atas das sessões de vinte e nove de junho e quatro de agosto de dois mil e vinte e três.-----

-----Pergunta de circunstância, mas importante:-----

-----Quem vota contra a dispensa da leitura das atas?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Portanto, está dispensada a leitura.-----

-----Vamos votar a ata da primeira reunião da sessão de vinte e nove do seis de dois mil e vinte e três!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, vinte BTF, dois CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, quatro IND).-----

-----Vamos passar à votação da segunda reunião dessa mesma sessão, que foi no dia seis de julho de dois mil e vinte e três!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, vinte BTF, dois CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, quatro IND).-----

-----Vamos votar a ata da sessão de quatro de agosto de dois mil e vinte e três!-----

-----Quem vota contra?-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- (Ninguém) -----

----- Quem se abstém? -----

----- (Um CDS) -----

----- Está aprovada por maioria com uma abstenção do CDS-PP e cento e dez votos a favor (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, vinte BTF, dois CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, quatro IND). -----

----- Vamos passar para os pontos seguintes da ordem de trabalhos. Por acordo em Comissão Permanente, propõe-se aqui, se ninguém se opuser, que o ponto dois e o ponto três possam ser discutidos em conjunto e votados em separado. --

----- Alguém se opõe? -----

----- (Ninguém) -----

----- Continuamos então com esse processo. Os pontos são os seguintes: -----

----- Ponto dois: discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga do acordo de reposição do equilíbrio financeiro da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (acordo quadro que se destina a pôr termo à ação executiva existente, por via de transação); -----

----- Ponto três: discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga da adenda ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (para vigorar a partir de dois mil e vinte e quatro), fazendo desta parte integrante os seguintes anexos: -----

----- Anexo um – Caso Base Revisto; -----

----- Anexo dois – Tarifário Revisto (para vigorar em dois mil e vinte e quatro); -----

----- Anexo três – Protocolo Tarifário Especial (social); -----

----- Anexo quatro – Plano de Investimento da Concessionária; -----

----- Anexo cinco – Plano de Investimentos Municipal. -----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor presidente da Câmara deseja fazer alguma intervenção no início?
Tenha a bondade.-----

-----Depois abrirei as inscrições para os partidos políticos.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito boa noite a todos.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social.-----

-----Agradeço, em primeiro lugar, às intervenções, como diria o deputado Alexandrino Ribeiro, que antecederam o jogo propriamente dito, porque me ajudaram de alguma maneira a introduzir, dando o pontapé de saída para esta intervenção. E o pontapé de saída é este: estou hoje muito mais confortável e muito mais confiante do que estava em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três. E porquê? Porque hoje dispomos de mais informação, de uma consistência e uma robustez de argumentação solidificada com pareceres de ilustres académicos que vieram dar à nossa convicção uma força extra. Nesse sentido, quero dar-vos nota que efetivamente estou muito mais tranquilo, muito mais confortável com esse posicionamento.-----

-----Estes dois pontos da ordem do dia são fundamentais para o futuro próximo da autarquia e da Câmara de Barcelos, para os barcelenses e para o Município de Barcelos. E temos que fazer um bocado de resenha do que se passou para termos uma noção clara do que estamos aqui a discutir hoje.-----

-----A primeira nota é que, como sabem, em dois mil e nove, a concessionária solicitou à Câmara Municipal de então, ao executivo de então, o reequilíbrio económico-financeiro. O executivo socialista, que tomou posse em finais de dois mil e nove, entendeu não promover esse reequilíbrio económico-financeiro. E fê-lo legitimamente. Só que não pode agora é alijar responsabilidades. Quem toma

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma posição, seja ela qual for, de seguida faz opções e de seguida assume as responsabilidades. E o reequilíbrio na altura andava por vinte e quatro ponto seis milhões de euros. Hoje, quando nós pegámos no assunto para tentar encontrar um acordo para o reequilíbrio financeiro, custa mais cem vezes mais: duzentos e catorze ponto cinco milhões de euros. É disto que estamos a falar. Portanto, vir lá trás dizer que houve um erro, dizer isto, aquilo... OK. Tiveram todas as oportunidades, todas as oportunidades. Tiveram a oportunidade um, reequilíbrio financeiro, rejeitaram, foram para tribunal; tiveram a oportunidade dois, adquirir setenta e cinco por cento da concessão por trinta e cinco milhões de euros, rejeitaram e continuaram a litigar; tiveram a oportunidade de fazer o resgate por oitenta e sete milhões de euros, rejeitaram, continuaram a litigar; depois, em dois mil e dezassete, tiveram a oportunidade de apresentar um acordo, o PSD e o CDS, na altura oposição, tiveram o sentido de responsabilidade de viabilizar esse acordo, entendendo, como entende a ERSAR, que era um acordo mau para Barcelos, para os barcelenses e para o município.-----

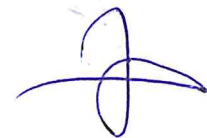
-----O Partido Socialista tem uma visão das recomendações e dos documentos muito esquisita e muito esquizofrénica. Vê algumas coisas e não consegue ver outras. O que lá diz expressamente no parecer da ERSAR de dois mil e dezassete, no parecer da ERSAR de dois mil e dezoito e no parecer da ERSAR de dois mil e vinte e três é que o acordo proposto pelo Partido Socialista, por vocês, era excessivamente penalizador para os munícipes e para o município. Diz lá expressamente! E diz outra coisa. Que este acordo que agora propomos é um acordo que vai na linha certa porque põe termo, cobro, a um litígio que se arrasta no tempo e que não beneficia ninguém. Logo diz também que simultaneamente este acordo permite recuperar o investimento na rede de água e saneamento que tão necessitado estamos. E permite também criar normalidade e estabilidade neste processo. Isto também se esqueceram de ver. Mas viram outras coisas e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

45



ainda bem. Viram outras coisas e ainda bem.-----

-----Na verdade nós pedimos o parecer à ERSAR, como é de lei, e recebemos um parecer da ERSAR. Mas ao contrário do que o Partido Socialista, de uma forma completamente desabrida e irresponsável, fez alarido público, não houve nenhuma rejeição, porque a ERSAR muito simplesmente não rejeita nem aprova, dá um parecer não vinculativo. E diz na parte *in fine* no seu parecer, e vou ler para não haver qualquer dúvida, *“que a decisão de não acolhimento das recomendações preconizadas pela ERSAR carece de fundamentação expressa, com a exposição circunstanciada dos fundamentos de facto e de direito que justifiquem a motivação do ato”*. Ora bem, o que é que nós fizemos? Trabalho de casa. E ponto a ponto de todo o parecer da ERSAR demos uma devida justificação. Naturalmente para o efeito recorremos não só à assessoria jurídica que já tínhamos, mas também a pareceres externos dos professores Sérvulo Correia e João Amaral e Almeida, dois reputados juristas que têm efetivamente nesta matéria provas dadas. E eu desafio o Partido Socialista a apresentar pareceres em sentido contrário àqueles que foram aqui apresentados. Porque, para além destes, a própria concessionária também pediu pareceres a outros juristas, nomeadamente ao professor doutor Lino Torgal, que vem exatamente na mesma linha. Mais, tivemos o cuidado de percorrer os acordos que felizmente a informática hoje permite-nos e não encontramos um único em sentido contrário. Isto naturalmente robustece a nossa argumentação. Isto naturalmente dá-nos conforto e consistência para podermos responder com propriedade a todas as questões levantadas, e assim o fizemos.-----

-----Mas eu gostava de discutir isto, e já o discutimos em fevereiro último, as questões políticas, com sugestões que o Partido Socialista pudesse apresentar. Nós fizemos, ao contrário do que aqui foi dito, uma reunião prévia a apresentar o acordo, em que convidámos todos os partidos com assento na Assembleia

CÓPIA Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal e os senhores vereadores todos. O Partido Socialista primou pela ausência, não quis participar nessa conversa. O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista deram a sua visão conforme a sua ideologia, queriam o resgate, independentemente das consequências que o resgate pudesse ter. O Partido Socialista, em particular, não quis participar na reunião. E depois de ter feito todo aquele percurso que há pouco referi, de ter tido todas as oportunidades e de não querer nenhuma, depois não quis participar na discussão, e agora, de uma forma irresponsável, vem dizer que “queremos o melhor para Barcelos e para os barcelenses”, e as únicas questões que levanta são questões jurídicas?! O Partido Socialista o que faz é: se o Tribunal de Contas eventualmente tiver que fazer o parecer prévio, ganharam. Eh, pá! Parabéns! Ganharam! E perderam Barcelos e os barcelenses. Mas eu não quero colocar isto numa questão jurídica apenas. Por isso, com toda a tranquilidade, porque acho que este assunto é um assunto demasiado sério para se brincar, para ser demagógico e para ser irresponsável, eu digo aqui com toda a clareza, transparência, eu na próxima semana envio para parecer prévio do Tribunal de Contas. Pese embora a minha convicção de que não é necessário! Pese embora ter pareceres, de todos estes juriconsultos que disse, em sentido contrário! Só que eu acho que o tema é demasiado sensível para andarmos a brincar às legalidades ou ilegalidades. Se existe desconforto por parte do Partido Socialista, ou de alguma parte do Partido Socialista, tenho que corrigir, porque o Partido Socialista nem sequer respeitou todos os seus deputados municipais que votaram na sua maioria a favor deste acordo, diria eu então que, para evitar esse desconforto do Partido Socialista, nós vamos mandar porque não temos nenhum rabo preso, estamos perfeitamente tranquilos e à vontade quanto a isso.-----

-----Mais, é mentira também o que disseram, que se não for o visto prévio do Tribunal de Contas não há fiscalização. Só por ignorância ou má-fé. Porque a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

47

fiscalização concomitante existe sempre! A fiscalização concomitante existe sempre! E, para além disso, este acordo que hoje vamos votar tem que ser validado pelo TAF de Braga. Aliás, nós, em fevereiro, dissemos direitinho o que é que ia acontecer. Dissemos que até final de setembro teríamos que aprovar as minutas definitivas para entregar ao TAF de Braga. E estamos a fazê-lo.-----

-----Depois dizem que tiveram pouco tempo para discutir as coisas, mas ao mesmo tempo dizem, e isso é interessantíssimo de verificar, que não houve grandes alterações ao que nós fizemos em vinte e oito. Então se não houve grandes alterações, tinham a documentação toda a tempo e horas e podiam sobre ela fazer todos os raciocínios possíveis e imaginários.-----

-----Quanto à questão de... encobrimento?! Esconder um parecer?! Desculpem lá! Houve um parecer! Nós naturalmente antes de termos uma resposta preparada não faria sentido apresentar o que quer que fosse. Mal tivemos a resposta preparada, fizemos questão, ao contrário do executivo socialista que não fez isso quando estava no poder, nós apresentámos para discussão, em sede de reunião de Câmara, não só o parecer como a nossa resposta. Porquê? Porque assim nós tínhamos toda a transparência de explicar o que estava em cima da mesa. É isto que está aqui a ser discutido.-----

-----Quanto ao parecer da ERSAR, como disse, há dois pontos que merecem alguma celeuma, digamos assim. Tem a ver com a extensão por mais vinte anos e que o Partido Socialista entende que vai ganhar este caso porque não vai ser permitido a extensão dos vinte anos. Eu não sei quais são os juristas que o Partido Socialista tem, quais são os pareceres que o Partido Socialista tem. São os da ERSAR, disse aqui o deputado Nuno Martins. Ainda bem! Ainda bem! Então eu recomendo, porque não foi público, ninguém soube, aliás, curiosamente, nem datado está. A resposta do executivo socialista aos dois pareceres da ERSAR vem dizer que em muitas das coisas que eles apontam não acolhe a recomendação. E

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não veio o mal ao mundo. Não viu o PSD, nem o CDS-PP, nem o BTF a dizer: “Desrespeito pela ERSAR! Desrespeito pelas entidades!”. O vinte e cinco de abril vai fazer cinquenta anos para o ano e quero dizer-lhe uma coisa: o vinte e cinco de abril permite que haja contraditório, o vinte e cinco de abril permite que as pessoas, quando não concordem, possam afirmar a sua convicção e se for de uma forma mais robusta tanto melhor. Foi o que fizemos. Por isso, estamos perfeitamente confortáveis com essa decisão.-----

-----Dizia então que este acordo é absolutamente decisivo para Barcelos e para os barcelenses, porque vai na direção certa, vai permitir que haja apenas e só aumentos de acordo com o índice do consumidor, ou seja, inflação. Ao contrário do que estava previsto no acordo de dois mil e dezassete, do Partido Socialista, em que até dois mil e trinta aumentava custo real, o preço real, tarifa real noventa e um por cento. A ERSAR também o diz. É que não há só este parecer. Há os outros dois pareceres. São noventa e um por cento de custo que existia na altura na proposta que o Partido Socialista apresentou. E dizia mais, dizia que era improvável e inconsequente fazer parte do concedente e da concessionária, quarenta e nove por cento de participação transferia o risco para o município. Por isso, aí sim, é arrasador para o Partido Socialista e para o acordo que tentou fazer e que não conseguiu fazer e agora vêm com uma desfaçatez, uma falta de sentido de responsabilidade inacreditável, pôr esta questão outra vez com alarido público.-----

-----Para terminar esta fase, dizer-vos só uma coisa. Eu disse, porque também tive esse convite e aproveitei para o fazer, fui à reunião preparatória da Assembleia com os líderes parlamentares e dei conta do que era o nosso propósito. E na altura disse e mantenho que isto não é uma questão político-partidária, isto é uma questão de solvência financeira do município e é uma questão de aliviar os bolsos dos barcelenses. Uma condenação de duzentos e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

49

catorze milhões de euros é inacreditável para nós podermos continuar com essa mochila às costas. E é muito diferente, e aqui, desculpem, não calarei nunca a minha voz, negociar com uma mochila de duzentos e catorze milhões às costas ou com uma mochila de vinte e quatro ponto seis milhões de euros. São cem vezes mais. Foi isto a irresponsabilidade que o Partido Socialista deixou a Barcelos com este caso.-----

-----Uma palavra final para o resgate. Eu desafio aqui o Partido Socialista a dizer que é favorável ao resgate. Quem o digam! Ou que apresentem uma solução seja ela qual for. Digam qual é a solução que o Partido Socialista quer! O resgate custa mais do que a execução da sentença. A execução da sentença são duzentos e catorze milhões, o resgate são duzentos e trinta milhões, com um estudo feito pelo executivo socialista. Já disse isto numa Assembleia Municipal, havia um estudo que nós tivemos acesso quando chegámos e ficámos perplexos, porque desde o início eu disse que estava disposto a analisar todas as possibilidades. Agora, não me peçam para eu fazer um resgate por duzentos e trinta milhões de euros, dando dinheiro de borla à concessionária sem que eles fizessem os investimentos que são obrigatórios. É disto que estamos a falar. Portanto, ponham a mão na consciência, com a argumentação que nós enviámos, com a resposta que nos enviámos, corrijam o vosso sentido de voto, é o que eu vos peço. E a todos os senhores presidentes de junta e a todos os membros desta Assembleia, votem em consciência. Isto não está em causa uma questão político-partidária, está em causa a sobrevivência financeira do município e está em causa também o retomar do investimento nas freguesias no que à água e saneamento diz respeito. Isto não é brincar aos 'partidorinhos' e nem é brincar à politiquice. Isto é coisa séria.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Inscrições para este ponto!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Néilson Brito.-----

-----Informo que há um tempo global de seis minutos, pode haver duas rondas, mas podem gastar o tempo todo. É como desejarem, está bem?-----

DEPUTADO DO PS – Néilson Brito – Senhor Presidente da Assembleia e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, boa noite a todos.-----

-----Vou tentar, em seis minutos, poder, enfim, exercer o meu direito contraditório que o vinte e cinco de abril de mil, novecentos e setenta e quatro, e por acaso até é o ano em que eu nasci, me concede.-----

-----Estamos aqui hoje a discutir e a votar o terceiro aditamento ao contrato de concessão de exploração das águas e saneamento.-----

-----E uma vez mais, e a intervenção do senhor presidente da Câmara acabou de o justificar em pleno, a discutir um assunto polémico.-----

-----Devo dizer, senhor presidente, e permita-me que o faça olhos nos olhos, que para quem está muito mais confiante demonstrou aqui, pelo menos foi a perceção que eu fiquei, estarei completamente errado, de que está muito mais nervoso do que estava em fevereiro. Mas foi a perceção que eu fiquei. Permita-me que possa ficar com essa perceção.-----

-----Desta vez, porque o executivo municipal decidiu “silenciar” o parecer da ERSAR – reparem que não disse esconder, disse “silenciar” – durante quatro meses...! Para quem apregoou sempre a transparência estamos conversados! Bem prega Frei Tomás: “Olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz”!---

-----E o parecer da ERSAR é muito claro e concreto: não é possível prorrogar até dois mil e cinquenta e quatro o contrato, como querem a Câmara e os acionistas privados da Águas de Barcelos, porque isso, no entender da ERSAR,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

51

viola a lei.-----

-----Recordo o que, em nome do PS, disse aqui em fevereiro passado:-----

-----"Com o acordo PS, a partir de dois mil e trinta e quatro, a Câmara decidiria como pretendesse a política de tarifário (poderia perfeitamente baixar os preços), enquanto com este acordo PSD/BTF/CDS a Câmara não pode mexer no tarifário até dois mil e cinquenta e quatro!"-----

-----E também disse:-----

-----"Um acordo razoável é a melhor solução. Mas um acordo também não pode ser um fim em si mesmo. Ou seja, chegar a um acordo só é bom se o dito acordo defender os interesses dos barcelenses.-----

-----É caso para dizer que este executivo PSD/BTF/CDS quer ir além do contrato!"-----

-----E continuo a citar:-----

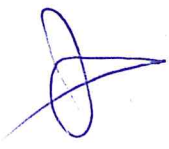
-----"Em suma, este é um mau acordo! É um acordo que, acima de tudo, impõe aos barcelenses um vínculo quase perpétuo, retirando qualquer grau de liberdade para vir a definir uma política pública de gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento.-----

-----Esperemos que ERSAR ou o Tribunal de Contas impeçam a sua concretização! Isto porque, desta vez, os acionistas privados deverão mesmo aceitar. É um excelente acordo para eles!", fim de citação. E peço desculpa estar a citar-me a mim próprio, mas foi em nome do Partido Socialista, está na ata da reunião de fevereiro.-----

-----Se isto é legal? A ERSAR diz claramente que não é!-----

-----A Câmara muniu-se de pareceres jurídicos de conceituados escritórios de advogados (e não divulga se pediu pareceres aos serviços jurídicos da Câmara – algo que tantas vezes aqui reclamou no passado porque se pouparia muito dinheiro em honorários de advogados externos...) e estes disseram que não, que

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não era ilegal.-----

-----Se é ou não legal não consigo afirmar com certeza. Mas afirmo com toda a convicção – e creio que com razão – de que prolongar o contrato até dois mil e cinquenta e quatro é claramente lesivo do interesse dos barcelenses! E para isso não é preciso o parecer da ERSAR. Para ficar claro que esta é uma posição política, não é usar o argumento do parecer da ERSAR.-----

-----O que a ERSAR diz também é que, e cito, *“quanto ao caso base revisto, agora em análise, dá-se nota de que o mesmo não retrata, isoladamente, os eventos que deram origem ao reequilíbrio nem o respetivo impacto, obrigatoriedade que decorre do número cinco do artigo terceiro do RPR, não sendo igualmente perceptível em que medida é que cada um dos mecanismos de reposição propostos contribui para a reposição do equilíbrio financeiro da concessão”*. Ou seja, e basta olhar para a proposta que foi à Câmara, é uma proposta que está claramente instruída de uma forma com muito pouco rigor, com erro, até diria eu, e que claramente pretende conduzir o leitor a uma conclusão que já está previamente definida antes.-----

-----Sobre o tarifário, a ERSAR escreve lá no parecer, em dois mil e vinte e dois, o custo de uma fatura para quem consumir cento e vinte metros cúbicos por ano, são duzentos e quarenta e seis euros; em dois mil e vinte e quatro, para os mesmos cento e vinte metros cúbicos, são trezentos e nove euros. Isto são mais vinte e cinco vírgula oito por cento. Pegando numa fatura, que é o que pagam os barcelenses, os barcelenses não pagam água, pagam faturas que têm água, que têm saneamento. Isto é o que está no parecer da ERSAR.-----

-----O que devemos também considerar é o que diz lá também sobre a rentabilidade da concessão. E a pergunta da ERSAR, e é uma pergunta legítima, é: porque é que e para quê que os *fees* de gestão, ou seja, remuneração da gestão, porque há o acionista, são trezentos e setenta e nove mil euros em dois

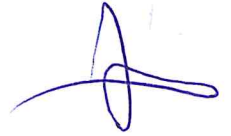
CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

53



mil e vinte e três, passam para novecentos e setenta e quatro mil em dois mil e vinte e quatro e atingem o máximo de um milhão e trezentos mil em dois mil e trinta e três? O que corresponderá a cerca de cinco por cento. E conclui a ERSAR que não se pode dizer que a rentabilidade do acionista seja menor.-----

-----Ou seja, isto para dizer o quê?-----

-----Em resumo, eu acho que a ERSAR deu um parecer muito negativo, se é vinculativo ou não, com certeza não sou jurista para o defender, mas a verdade é que a Câmara não conseguiu demonstrar no global, entre os encargos da Câmara e os encargos dos barcelenses para o período até dois mil e cinquenta e quatro, que este acordo era melhor do que aquilo que existia e inclusivamente que é melhor do que pagar a indemnização determinada pelo Tribunal Arbitral.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente, pelos seis minutos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra a senhora deputada Elisabete Silva, do BTF.-----

DEPUTADA DO BTF – Elisabete Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----A discussão e votação dos pontos dois e três da ordem do dia complementam os documentos, já aprovados nesta Assembleia, que autorizou a Câmara a assinar um acordo entre o município e a empresa Águas de Barcelos, S.A., na sessão de vinte e oito do dois de dois mil e vinte e três.-----

-----Da aprovação e autorização faziam parte as minutas do acordo a celebrar (mais seis anexos), que se dão aqui como integralmente reproduzidos.-----

-----Tal acordo viria a ser oficializado entre as partes, em vinte e dois do três de dois mil e vinte e três.-----

-----Nos documentos agora apresentados, para deliberação, foram efetuadas

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pequenas alterações e retirado o anexo um (regulamento do serviço) por indicação da ERSAR, a discutir posteriormente.-----

-----Por isso, o BTF entende que tudo o que havia a discutir de natureza política já foi amplamente discutido, onde cada força política manifestou a sua posição, que, sendo legítima, não deixa de poder ser comparada ao lavar das mãos como Pilatos, noutras circunstâncias!-----

-----Uns pretendem continuar pela via da judicialização e ao pagamento de indemnizações astronómicas; outros a dar a ideia de que ainda não sabem do que estamos a falar!-----

-----É neste patamar que nos encontramos: assumir a rutura financeira do município e pagar cerca de duzentos e quarenta milhões de euros até ao fim da concessão, ou renegociar com a concessionária um acordo que salvguarde a estabilidade financeira do município.-----

-----Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----A única coisa que agora interessa discutir é resolver ou não um gravíssimo problema de repercussões devastadoras para o município e para todos os barcelenses.-----

-----Vejamos:-----

-----A indemnização vencida até dois mil e vinte é de cento e trinta e dois milhões de euros; a indemnização até ao fim da concessão é de cerca de duzentos e quarenta milhões de euros.-----

-----A ação executiva pendente no TAF de Braga será executada, previsivelmente, até finais de outubro.-----

-----Ora, ao ser executada, recairá sobre algumas receitas municipais, e com a penhora de bens, para alienar em hasta pública! Mas não ficaremos por aqui. A DGAL e o Tribunal de Contas vão intervir.-----

-----Está registada no passivo não corrente uma provisão de sessenta milhões

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

55

de euros, sem repercussões orçamentais ou limitações à cobrança de taxas mínimas e recurso ao crédito.-----

-----A ação executiva, ao ser exercida, terá o município de validar a dívida e reconhecê-la nas suas contas em passivo corrente de curto e médio prazo.-----

-----Esta situação terá repercussões orçamentais com aumento exponencial da despesa e diminuição da receita, porque:-----

-----Ultrapassa a margem da capacidade de endividamento e viola o artigo cinquenta e dois da Lei setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro;-----

-----A capacidade de endividamento atual não pode ser superior a cerca de cem milhões de euros e deduzida de cerca de dez milhões de euros da sua dívida e das associadas, a margem é de cerca de noventa milhões de euros.-----

-----Acontecimentos supervenientes:-----

-----Reconhecida a dívida nas contas do município e pelo que supra se diz, teremos de recorrer ao saneamento financeiro de acordo com os artigos cinquenta e sete e cinquenta e oito da referida lei e contrair empréstimos para pagamento da dívida em catorze anos.-----

-----Finalmente e o mais grave de todo o procedimento é a aplicação do artigo cinquenta e nove – plano de saneamento – que determina:-----

-----Cortes na despesa corrente com redução de pessoal;-----

-----Corte no investimento previsto;-----

-----Cobrança pelas taxas máximas dos impostos municipais como, por exemplo, a cobrança do IMI que passará de uma taxa de zero vírgula trinta e três para zero vírgula quarenta e cinco!-----

-----Portanto, se é isto que o PS quer, não obstante a sua responsabilidade pela falta de execução das deliberações desta Assembleia, que o faça, e os restantes partidos que digam, também, se é isto que pretendem.-----

-----A coligação PSD/BTF/CDS assumirá e cumprirá os acordos assinados,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

honrando o compromisso enquanto pessoas de bem!-----

-----A fatura a pagar é esta. E quem não o quiser compreender está a iludir os barcelenses!-----

-----O resto é retórica e querela política. Mais nada!-----

-----Face a tudo quanto se disse, o BTF votará favoravelmente os pontos dois e três da ordem do dia.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista Português.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----O PCP assinala que o PSD e PS, em grau diferente, são responsáveis pela atual situação com consequências danosas para o interesse do município e dos barcelenses.-----

-----E que a origem do problema está na decisão de privatização do serviço materializada num contrato doloso.-----

-----Consideramos que a solução é o fim do contrato pelo resgate da concessão, colocando a gestão de um bem vital, cada vez mais escasso, nas mãos do município.-----

-----Reafirmamos, por isso, que não há solução no seio da concessão!-----

-----E ao contrário do que disse anteriormente aqui o senhor presidente, que o resgate é impossível porque até há um estudo, um estudo que também merece contraditório (duzentos e trinta milhões), que é o custo do resgate, eu contesto e contradito, mas com consistência e com verdade. O resgate custa oitenta e sete milhões, que foi aquilo que foi votado quer em reunião de Câmara, quer na Assembleia Municipal, que infelizmente o executivo da altura não deu seguimento.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

57

-----Denuncio a habilidade pelo discurso do medo, e o anterior discurso que me antecedeu foi mesmo o discurso do medo, que o que está em causa ou é esta proposta ou é deixar ficar como está. Não é isso o que se trata. O que está é de facto muito gravoso para os barcelenses e para o município de Barcelos. Mas o que se coloca é esta proposta dar músculo à concessão ou outras soluções que tenham em conta os interesses dos barcelenses e não os interesses dos acionistas da concessionária.-----

-----Na Assembleia de fevereiro coloquei, em tom de alerta, a seguinte questão aos senhores deputados: “Que garantias dá o executivo à Assembleia que esta proposta não está prenhe de surpresas futuras?”.-----

-----Coloco hoje a esta Assembleia outra questão: porque estamos hoje a votar, novamente, as mesmas propostas? Porque as surpresas chegaram mais cedo do que se esperava.-----

-----Surpresas que confirmam a justeza da apreciação e alertas feitas pelo PCP e adensam as nossas preocupações manifestadas nesta Assembleia em fevereiro passado.-----

-----A proposta, segundo o parecer da ERSAR, está ferida de legalidade e contém muitas imprecisões.-----

-----Vou-me centrar em quatro advertências das doze elencadas pela ERSAR.-----

-----Diz na primeira:-----

-----Para além de deficiências na exposição da proposta que implica “a ERSAR não ter condições para aferir da legalidade da utilização de cada um dos mecanismos de reposição autonomamente considerados”, há ilegalidade no caso base utilizado para cálculo da compensação do reequilíbrio financeiro. “Não é possível à ERSAR, considerando os elementos que instruíram este procedimento, concluir sobre a adequação entre o montante apurado pelo Tribunal Arbitral como sendo a compensação devida à concessionária pelo reequilíbrio financeiro”.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não é o PC que diz, é a entidade fiscalizadora que não é uma entidade qualquer, como querem aqui fazer crer.-----

-----Isto é, a Assembleia Municipal, tal como a ERSAR, não têm elementos nem garantias que lhe permitem aferir por falta de clareza e legalidade se a proposta apresentada pelo executivo só compensa a concessionária, conforme decidido pelo Tribunal, ou se estão ancoradas nesta proposta outras vantagens para os acionistas, que julgo que é aquilo que aconteceu perante outras apreciações que foram feitas no parecer.-----

-----Segundo:-----

-----“O prazo da concessão poderia, no máximo, ser prorrogado por mais cinco anos (e não vinte anos)...” .-----

-----“Considerando que o diploma em causa conferia às partes um prazo adicional de adaptação de três anos, poderia, em abstrato, pensar-se que a prorrogação possível seria, no caso, de oito anos acrescendo três anos ao prazo anteriormente referido (e não de vinte anos)”, reforça.-----

-----Foi, cabalmente, rejeitada pela ERSAR, por atropelar a lei, a cláusula que prolonga a concessão por vinte anos. Isto é, o elemento fundamental nesta proposta para alcançar o acordo de reequilíbrio-financeiro não é legal à luz deste parecer.-----

-----Terceiro:-----

-----A TIR negociada, um dos elementos que executivo publicitava como exemplo do sucesso comercial e uma das virtudes do acordo, diz o parecer: “Importa dar nota que a diminuição da TIR para seis vírgula noventa e quatro por cento no caso base agora submetido a parecer, poderá não representar uma menor rentabilidade para o mesmo nível de risco” por ter sido alterado “o risco subjacente à concessionária”.-----

-----Ou seja, a proposta apresentada reduz o risco à concessionária,

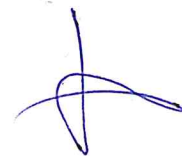
CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

59



transferindo-o para o município, fazendo com que a TIR seja, ilegalmente, “*uma TIR acionista garantida*”.

-----A proposta garante a rentabilidade e elimina os riscos para a concessionária. É só ganhar!

-----Quarto:

-----Por último, mas não menos importante, diz o parecer que “*A alteração do método de cálculo juntamente com o aumento da receita tarifária prevista, fazem com que a remuneração extra aos acionistas por assistência técnica*” – que ninguém sabe quais são – “*umentem de trezentos e setenta e nove mil euros em dois mil e vinte e três para um vírgula três milhões de euros em dois mil e trinta e três*”. Valores que correspondem só a cinco por cento do rendimento da concessionária.

-----Está aqui o verdadeiro objetivo desta proposta: garantir muitos milhões de euros aos acionistas à custa dos barcelenses que vão pagar muito caro pelo acesso a um bem essencial.

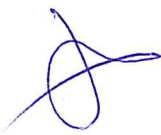
-----Contudo, o executivo, sem qualquer justificação consistente, alicerçada em outros pareceres que não foram divulgados (ninguém os conhece), não atende ao parecer contundente da ERSAR e mantém a proposta que a entidade fiscalizadora considera ilegal e cheia de imprecisões.

-----Para terminar, uma questão: o que procura o executivo com esta insensatez política?

-----Procura dar músculo à concessão dolosa que garante muitos milhões aos acionistas pagos por todos nós e procura que esta Assembleia seja cúmplice num ato administrativo ilegal e de uma opção política irresponsável e prejudicial a todos os barcelenses.

-----É isto do que se está a falar e não de brincadeiras, de legalidades, conforme quis reduzir o senhor presidente da Câmara, fazendo de nós todos uns filhinhos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de papá que não percebemos nada do que está a ser dito.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, permita-me que em si renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.-----

-----O dossiê da água volta a ser discutido nesta Assembleia no intuito de ser dado mais um passo importante no que foi delineado e amplamente aprovado, em vinte e oito de fevereiro passado, relativamente à terceira adenda ao contrato. Não podemos esquecer que este acordo visa pôr fim a um problema que se arrastou e agravou significativamente durante os doze anos de gestão autárquica do Partido Socialista, tendo culminado numa dívida monstruosa de mais de duzentos e vinte milhões de euros.-----

-----Esta foi a verdadeira herança que o atual executivo municipal recebeu derivado da desastrosa gestão socialista do dossiê da água. Derivado da estratégia de empurrar os problemas com a barriga para a frente e do querer utilizar o contrato da água como arma de arremesso político para garantir ao Partido Socialista sucessivas vitórias eleitorais autárquicas, mesmo sabendo que o faziam penalizando gravemente os barcelenses.-----

-----Durante os seus mandatos o Partido Socialista nunca mostrou, e continua a não mostrar, uma linha de rumo e uma estratégia coerente que permita resolver o dossiê da água. Andou sempre a oscilar entre a renegociação do contrato, o resgate do contrato e a aquisição de capital da empresa Águas de Barcelos, mas nenhuma dessas opções teve qualquer capacidade de implementar.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

61

-----A grande novidade em relação à Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro resulta, sem dúvida, do parecer da ERSAR. Esse parecer mereceu um comunicado da parte do Partido Socialista cheio de propositadas imprecisões no intuito de continuar a iludir os barcelenses. Começa logo pelo título, referindo que a ERSAR rejeitou a proposta da terceira adenda ao contrato da água. Quando sabem, ou pelo menos deveriam saber, que a ERSAR não tem competência legal para rejeitar, mas sim dar parecer, e parecer não vinculativo.-----

-----Aos pedidos de esclarecimento, recomendações e questões suscitadas pela ERSAR o município já deu resposta ponto por ponto, e algumas dessas recomendações foram até assumidas pelo município.-----

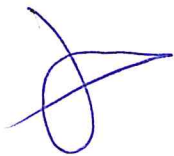
-----Relativamente à prorrogação da duração do contrato e à necessidade de visto do Tribunal de Contas, o município possui, e enviou para a ERSAR, pareceres de prestigiados juristas, que argumentam num sentido distinto do apresentado pela entidade reguladora.-----

-----Estranhamos é que o Partido Socialista omita partes importantes do parecer da ERSAR. Como aquela em que o contrato de dois mil e dezassete é fortemente criticado pelo regulador, alertando que ainda bem que o acordo de dois mil e dezassete não foi implementado pois, como advertido pela ERSAR, algumas soluções preconizadas nesse acordo de dois mil e dezassete não se afiguravam adequadas por penalizarem excessivamente os barcelenses e o município.-----

-----Se o Partido Socialista e o deputado Néelson Brito classificam o acordo atual de mau, como classificaria o acordo de dois mil e dezassete que o Partido Socialista realizou? Desastroso. Não há outra hipótese.-----

-----Estranhamos também que o Partido Socialista não dê destaque à parte do parecer da ERSAR onde o regulador diz, claramente, que o entendimento entre as partes conseguido nesta adenda ao contrato é mais benéfico para todos que o

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

complexo e moroso litígio que o Partido Socialista enveredou.-----

-----O Bloco de Esquerda e o PCP votam contra as propostas apresentadas mas apresentam uma proposta alternativa, estão onde sempre estiveram, defendem o que sempre defenderam: o resgate da concessão. Apesar do PSD estar convicto que o resgate não é a melhor opção, aceitamos democraticamente que possam discordar da nossa visão e apresentem uma visão alternativa.-----

-----Já quanto ao Partido Socialista continua a votar contra, mas não apresenta qualquer alternativa para resolver um problema que criaram. Continuamos todos sem saber, os barcelenses continuam sem saber qual a alternativa credível que o Partido Socialista tem para resolver o problema do dossiê da água.-----

-----Será que o Partido Socialista continua com um vazio de ideias para governar Barcelos?-----

-----Será que o Partido Socialista pretende que a concessionária execute a sentença e o município fique numa situação de falência e sob assistência financeira, e sem capacidade de investir e apoiar as juntas de freguesia durante as próximas décadas, comprometendo assim seriamente o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos barcelenses?-----

-----O Partido Socialista é contra o facto de Barcelos ficar com uma taxa de cobertura de quase cem por cento na água e mais de oitenta por cento no saneamento?-----

-----O Partido Socialista é contra as ligações gratuitas dos ramais de água e saneamento?-----

-----E, senhor deputado Nuno Martins, denotamos que o senhor deputado e, acresce, líder do Partido Socialista de Barcelos gosta de aquecer muito antes do jogo, mas no verdadeiro jogo, senhor deputado, continua a não sair do banco de suplentes. Pois assim, senhor deputado, não se consegue marcar golos.-----

-----Para finalizar, dizer apenas que a bancada do PSD votará favoravelmente

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as propostas apresentadas.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e demais Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.---

-----Voltamos a discutir nesta Assembleia Municipal, no ponto dois e três desta ordem de trabalhos, aquilo a que abreviadamente iremos chamar “o problema da água e saneamento”, já aqui discutido na sessão de vinte e oito de fevereiro, como todos se recordarão.-----

-----O tema é na sua substância praticamente o mesmo.-----

-----O CDS não irá aqui repetir na íntegra tudo quanto disse sobre o tema na sessão de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, que mantém e tem toda a atualidade.-----

-----Assim como também não irá hoje aqui mudar o seu sentido de voto, que mantém, ou seja, o CDS votará favoravelmente o ponto dois e três.-----

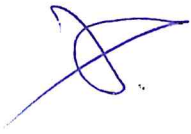
-----Mas então o que há agora de diferente sobre este tema, o que há de novo nesta discussão que aquela outra de vinte e oito de fevereiro não tinha?-----

-----As novidades no tema, na discussão de hoje, são apenas duas:-----

-----A existência de um parecer sobre a matéria da ERSAR;-----

-----E a emissão pelo Tribunal de Contas do projeto de relato de verificação interna, da conta de dois mil e treze do município, onde se pronuncia sobre as deliberações da Câmara Municipal de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e três e a deliberação da Assembleia Municipal de vinte e oito do dois de dois mil e vinte e três, que aprovaram precisamente a outorga do acordo com a Águas de Barcelos e faz algumas recomendações.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Passemos à primeira novidade: o parecer da ERSAR.-----

-----A oposição, através dos órgãos de comunicação e não só, veio bradar aos quatro ventos que a Câmara Municipal tinha escondido o parecer da ERSAR, que o parecer da ERSAR foi emitido a dezanove de maio de dois mil e vinte e três e que deveria ter sido logo dado conhecimento pela Câmara Municipal à oposição, só agora o tendo feito... e por aí fora.-----

-----Na ótica do CDS isto são argumentos sem qualquer fundamento, apenas para *show off*.-----

-----Explicamos:-----

-----A resolução do problema da água e saneamento é também e não só uma questão política, como é óbvio.-----

-----Como questão política não pode a oposição querer espoliar a Câmara Municipal de Barcelos de fazer a sua gestão política do problema, como é natural.-----

-----Mas, o argumento mais óbvio, que deita por terra tudo quanto a oposição disse sobre o parecer e o comportamento da Câmara Municipal de Barcelos, é este:-----

-----Todo e qualquer parecer da ERSAR é público, como já aqui o disséssemos.-

-----Qualquer pessoa pode ter acesso aos pareceres da ERSAR, eles são publicitados no *site* da ERSAR.-----

-----Qualquer um dos presentes poderia, logo a dezanove de maio de dois mil e vinte e três, conhecer o teor do parecer da ERSAR, estava disponível a qualquer um, bastava entrar no *site* da ERSAR.-----

-----Poderia a Câmara Municipal esconder o parecer? Impossível.-----

-----O que sucedeu, senhores deputados, foi que a oposição esteve a dormir todo este tempo!-----

-----Quanto à segunda novidade: o projeto de relato do Tribunal de Contas de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

65

verificação interna da conta de dois mil e treze do município e as recomendações feitas por esse mesmo Tribunal de Contas.-----

-----O Tribunal de Contas faz algumas recomendações, nomeadamente a sujeição à fiscalização prévia do Tribunal de Contas e o respeito pelo artigo trezentos e treze do Código dos Contratos Públicos, que tem por tema “Limites à Modificação dos Contratos”.-----

-----Ora, suportada em pareceres jurídicos, a Câmara Municipal entende que a sua atuação não está ferida de qualquer ilegalidade.-----

-----É uma posição que o CDS aceita e corrobora, sempre cientes que o direito não é uma ciência exata.-----

-----Assim, conforme já referido, não tem o CDS motivo algum para alterar o seu sentido de voto favorável!-----

-----O CDS não podia deixar passar a oportunidade de se pronunciar sobre a leitura que a oposição faz quanto ao parecer da ERSAR e as recomendações do Tribunal de Contas.-----

-----A oposição, com o Partido Socialista à cabeça, vê o parecer da ERSAR e as recomendações do Tribunal de Contas, como uma derrota para o executivo e uma vitória para a oposição.-----

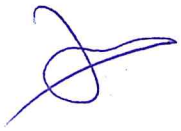
-----Não partilhamos desta leitura que a oposição faz, pois que caso fosse uma derrota, que não é, quem perderia não era o executivo, eram os barcelenses e o concelho de Barcelos.-----

-----O Partido Socialista andou doze anos, período de tempo em que esteve à frente dos destinos do concelho, a empurrar o problema para a frente, a empurrar o problema com a barriga.-----

-----O Partido Socialista já defendeu a remunicipalização a cem por cento da concessão.-----

-----Já defendeu a aquisição de quarenta e nove por cento do capital social das

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Águas de Barcelos.-----

-----Hoje não sabemos o que defende o Partido Socialista, não apresenta qualquer proposta de resolução deste problema, limita-se a votar contra as propostas de resolução apresentadas pelo executivo.-----

-----Urge resolver o problema da água e saneamento, para bem de Barcelos e para bem dos barcelenses.-----

-----O CDS sempre defendeu, durante os doze anos de executivo socialista, que a resolução do problema da água e saneamento poderia passar por um acordo entre concedente e concessionária, com o eventual prolongamento da concessão se necessário.-----

-----O executivo está em vias de pôr fim ao litígio/problema da água pela via negocial.-----

-----O CDS está do lado do executivo municipal, votaremos sim aos dois pontos em discussão.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Se me permite, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos segue via *Web*.-----

-----A primeira questão que quero aqui tratar já foi dita, já foi dita várias vezes inclusive, é que na verdade o meu protesto, em nome do Bloco de Esquerda, por estes tempos determinados de seis minutos, tão pouco para tanto que havia para dizer, isto é uma forma de cortar naturalmente a discussão e o debate.-----

-----E também queria apresentar como ponto prévio, uma espécie de declaração de princípios, que sempre fomos e seremos a favor da

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

67

remunicipalização e, por isso, seremos todos sempre contra qualquer contrato que não entenda para tal e que não atenda para tal. Portanto, esta é uma declaração de princípio.-----

-----Já ouvi aqui falar várias vezes “Já está tudo dito. Já disse o que era para dizer”, ou a criar situações bastante especulativas de amedrontamento “vem aí o FAM e nós vamos ficar todos endividados”... sejamos honestos nesta discussão, não é? Ou seja, já se ouviu falar em duzentos e catorze milhões, duzentos e vinte, duzentos e quarenta, pronto, é mais milhão, menos milhão, fica tudo mais ou menos adequado. Agora, sejamos honestos, a empresa sabe muito bem e os acionistas sabem muito bem que nunca receberão esse dinheiro. Portanto, daqui a quinhentos anos andaríamos a pagar essa dívida. Isso não lhes interessa. Não é uma questão que seja colocada em cima da mesa como discussão.-----

-----Agora, o que importa aqui discutir concretamente sobre o que é de novo e nomeadamente em função deste aditamento, aquilo que é novidade é o parecer da ERSAR e o parecer do Tribunal de Contas, é por isso que aqui estamos. E já agora um pequeno pormenor: quando se diz que não se escondeu, não se ocultou, estava lá, não estava lá, a questão não é se estava ou não estava, a questão é tornar a situação pública, dizer que se recebeu um parecer da ERSAR. Dizer, por exemplo, na reunião de junho, vinte e nove de junho, em que o senhor presidente da Câmara foi questionado sobre o ponto da situação da água e nada disse, e nesse momento tinha conhecimento porque está datado de dezanove de maio, e o problema está aí. Porque é que não se diz? Não é a questão do que ocultou ou está a esconder. Não. Porque é que não se diz? Porque é que não se fala sobre isso?-----

-----Agora, sobre o parecer propriamente. O parecer da ERSAR, e o senhor presidente sabe muito bem que é um parecer prévio não vinculativo, mas é obrigatório tê-lo. Pelo menos deveria ter um bocadinho mais de recato no lado

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trionfalista com que apresentou a resolução do problema tanto ao nível de conferências de imprensa, quanto ao nível de comunicados. É preciso ter um bocadinho mais de recato e mais de cuidado porque nos podemos expor um pouco ao ridículo, porque na verdade há situações que não são assim. Não é por acaso que a empresa atempadamente exige uma confissão da dívida quando o senhor presidente disse que passados dois dias já poderiam ligar os ramais, estava tudo isento. Portanto, não é exatamente assim e não foi realmente desta forma que aconteceu.-----

-----O pedido da ERSAR incide sobre alguns aspetos que me parecem muitíssimo importantes e são contundentes alguns deles. Começa logo por dizer o parecer da ERSAR *“falta juntar o relatório comparativo do histórico do cumprimento das obrigações das ambas as partes e o parecer da comissão de acompanhamento”*. Onde é que está este parecer da comissão de acompanhamento? Não foi sequer criada! Ela é obrigatória e não foi sequer criada. Portanto, onde está?-----

-----Depois, diz aqui outras coisas do género de que a formulação do caso base, que até pode ser mais favorável àquele que existe ao momento, não pode ser baseada por interesse entre as partes, tem que ser em função daquilo que foi o Tribunal Arbitral a decidir, e isso não aparece aqui no caso e não está exatamente marcado nesta situação.-----

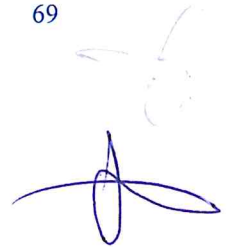
-----E depois diz, por exemplo, uma série de questões de documentos que estão em falta. Permanentemente fala sobre documentos que estão em falta. Porque é que estes documentos não foram enviados? E mais, mais grave ainda, é que fazendo crer na resposta que é apresentada pelo escritório de advogados, que eu penso que seja a resposta da Câmara, deduzo, volta a não ser mencionado nenhum destes documentos. Nenhum destes documentos é colocado lá. Vejam o que é que lá diz e de que forma é colocada. Portanto, o que é que aqui se chega



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

69



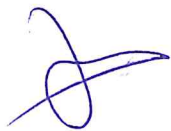
à conclusão, muito sinceramente?-----

-----Em primeiro lugar, isto já se torna uma desditosa sina dos barcelenses. E quando se vem com este apelo “O que será feito dos barcelenses se formos para um resgate? O que será feito dos barcelenses para pagar uma insolvência camarária?”, todas estas questões têm um lado piedoso. Ninguém perguntou até hoje o que foi feito dos barcelenses que andam a pagar tarifários bem elevados, que andam com este problema há tantos anos. Porque o problema foi criado pelo PSD. Foi mantido pelo PS, não resolveu durante doze anos, mas foi criado pelo PSD. Hoje assumidamente até como um erro em muitas situações tanto pelo senhor presidente quanto pela sua vereação.-----

-----Mas o que é que o Bloco de Esquerda conclui desta situação? É que há um aditamento habilidoso, feito à pressa para responder politicamente “Conseguimos. Já fizemos. Vocês não fizeram durante doze anos, nós em ano e meio já fizemos”. E depois com erros muito graves. Primeiro, é o intuito de escapar ao acórdão que já transitou em julgado. Depois, é para ilibar politicamente o acordo inicial de concessão. É essa a intenção. E por isso a resposta apresentada e agora corroborada pelo escritório de advogados, que entendendo que assim será esse o facto, é um preceito já demonstrado sobre isso, ou seja, a documentação solicitada mais uma vez não é presente nessa resposta. O que é que nós temos aqui? Temos acima de tudo um contraditório com todo o direito obviamente, mas um contraditório com a fundamentação jurídica onde há interpretação diferente da lei, onde há a possibilidade de fazer essa interpretação diferente. Tudo o que é documentação não é enviada. O que é criado é depois o parecer de ilustres juristas sobre aquela questão e pagos por um bom dinheiro do erário público, porque já se sabe qual é algum desses vencimentos e desses pareceres.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tem agora a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.-----

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Boa noite, senhor presidente.-----

-----Permita-me que renove os cumprimentos a todos os presentes na pessoa de Vossa Excelência.-----

-----E vou começar por algumas perguntas que depois no final posso-me esquecer.-----

-----Senhor presidente, ia-lhe pedir as respostas que a Câmara vai enviar à ERSAR, se depois podem facultar aos líderes municipais.-----

-----Depois tenho outra dúvida, mais do que se o parecer estava escondido ou estava à vista, é que estamos a falar de maio e este horizonte temporal até setembro ainda é considerável. Eu sei que isto da justiça tem os seus trâmites, mas perceber porque é que levou este tempo.-----

-----Depois ainda também não vale a pena, ou melhor, vale sempre a pena discutirmos, mas já sabemos como foi em vinte e oito de fevereiro, hoje com certeza será aprovada, e, portanto, eu já passei essa fase, queria perguntar ao senhor presidente, como tive a oportunidade de lhe perguntar na conferência de líderes, e com toda esta abrangência desta tramitação legal, se tem alguma expectativa de um horizonte temporal para resolver isto. Porque não vamos andar de Assembleia em Assembleia a discutir este tema e depois queremos Assembleias extraordinárias, portanto, temos que respeitar democraticamente aquilo que é a vontade expressa desta casa, eu não estou de acordo, ou melhor, absteve-me, não estou a cem por cento de acordo, não estou em desacordo, mas temos que respeitar e pôr isto em prática, senão vamos andar sempre nisto até sabe Deus quando.-----

-----No entanto, e terminando as perguntas, eu queria deixar aqui algumas reflexões importantes, embora isto seja mais do ponto de vista conceptual e não é para aqui chamado, mas é interessante falar nisto. É que há um estudo da ONU,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



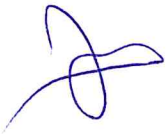
BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

71

não é um estudo de nenhum escritório de advogados, que diz que setenta e cinco por cento dos contratos de privatização de água celebrados em todo o mundo não são renovados e onze por cento até chegam a ser resgatados. E curiosamente, permita-me, senhor presidente, que fala aqui nalgumas cidades, este fenómeno, esta tendência verifica-se um pouco por todo o mundo e não é só nas capitais europeias onde o mundo é mais desenvolvido, em Londres, em Paris. Não. Estamos a falar, por exemplo, de Buenos Aires, de Budapeste, de Kuala Lumpur, quem não sabe é na Malásia, na Bolívia e até inclusivamente em Maputo, não renovam os contratos de concessão de água. Depois, em Portugal, tivemos aqui dois casos interessantes. Um deles a Câmara, que é conhecido, foi em Mafra, pagou vinte e um milhões de euros para resgatar a concessão antes do prazo previsto, que é curioso. No dia vinte e sete de setembro de dois mil e quatro eu já cá andava e há até aqui algumas pessoas desse tempo, e nessa altura levantei algumas dúvidas, não sobre a legalidade porque, como disse, a legalidade isso até acabou por ser escrutinada depois em atos eleitorais e até julgada, mas mais o racional e as motivações dos grandes consórcios ou negócio da água. Que é legítimo as empresas buscarem o lucro, mas também é uma obrigação das autarquias zelar pelos interesses das populações. E depois reconheço outra coisa, reconheço que pode haver duzentos e catorze milhões de motivos, duzentos e catorze ou duzentos e trinta ou duzentos e quarenta milhões de motivos e razões para procurar resolver isto, e também pode haver trinta e oito milhões de argumentos para não aceitar a proposta efetuada. Eu humildemente reconheço que não tenho alternativas, se calhar nem tenho que as ter, não sou poder. E outra coisa que eu não acredito é em soluções milagrosas e em posições imaculadas. E queria deixar bem claro uma coisa: nós neste momento o que é que temos aqui? Temos aqueles que criaram o problema ou, se quisermos, cometeram o pecado original. Depois temos aqueles que criaram o problema e

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentam uma solução. A seguir temos aqueles que agravaram o problema e são a favor da solução. E depois temos ainda aqueles que agravaram o problema, não têm alternativa, mas são contra a solução. E depois, por último, aqueles, onde eu me incluo, que não tiveram nada a ver com o problema. E temos as vítimas deste enredo, que são os barcelenses. E é por eles que todos nós cá estamos. Certo? Temos que zelar pelo seu superior interesse.-----

-----Como alguém dizia, não há dinheiro público. Isso é um engano. O dinheiro sai do bolso dos contribuintes. Por isso, toda e qualquer implicação financeira que este processo possa ter irá implicar com quase toda a certeza a subtração de mais ou menos dinheiro ao bolso dos barcelenses.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Pedia que o requerimento oral que foi feito relativamente à resposta da ERSAR tenha enquadramento regimental, venha via presidente da Assembleia, para depois distribuir aos grupos municipais.-----

-----O senhor presidente não fala agora pois não?-----

-----Inscrições para a segunda ronda, por favor!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado António Jardim.-----

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor presidente, aproveito, na sua pessoa, para cumprimentar uma vez mais todos os presentes.-----

-----Senhor presidente da Câmara, esta adenda ao contrato ficam aquém das necessidades dos barcelenses.-----

-----Poder-se-ia dizer que estamos perante um mau negócio, mas pior estaríamos se o executivo seguisse a sugestão do Partido Socialista, e é bom que seja lembrado, em fevereiro o Partido Socialista defendeu o pagamento da verba superior a duzentos milhões no qual foram condenados, diria antes mais de duzentos e catorze milhões, no qual o Partido Socialista condenou os

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

73

barcelenses com a sua teimosia e falta de responsabilidade.-----

-----Não fazemos como a esquerda que vê no processo da concessão da água um momento de aparecer e ter os holofotes apontados.-----

-----Não vemos o contrato/adenda da água como uma vitória para qualquer que seja o partido, os únicos beneficiados serão sempre os barcelenses e apenas esses, pois já sofreram demasiado.-----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----O Chega não quer ver casos como os que ocorrem neste exato momento em Barcelos e tenho aqui um exemplo: na freguesia de Alvelos os esgotos estão a ser lançados num afluente do Rio Cávado. Tenho aqui uma imagem que comprova exatamente esses factos. Se o Partido Socialista fizesse o seu trabalho a rede de água e saneamento já estaria com uma maior abrangência no nosso concelho e não estaríamos a olhar para estas imagens que nos deveriam envergonhar a todos por ocorrerem nos dias de hoje.-----

-----Na Assembleia de vinte e oito de fevereiro ouvimos o senhor presidente da Câmara a assumir que o contrato de concessão de dois mil e quatro não corre bem. Mas, e o Partido Socialista? Já assumiu o fracasso dos doze anos de poder e nada fazer? O Partido Socialista já pediu desculpa aos barcelenses por ter hipotecado as contas do município e colocar em risco as taxas municipais?-----

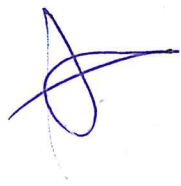
-----Trinta e oito milhões de euros é muito dinheiro para pagar pela adenda do contrato, mas a partir de agora são muitas as famílias barcelenses que podem ter em suas casas água potável e saudável.-----

-----O Chega vê como positivo o fim de todo este processo e com esta solução esperamos finalmente por um virar de página na política barcelense.-----

-----Reconhecemos que muitos passos foram dados, mas ainda assim poder-se-ia ter feito mais e melhor pelos barcelenses.-----

-----Perante os pontos em discussão, o Grupo Municipal do partido Chega

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mantém a coerência e também o sentido de voto de vinte e oito de fevereiro.----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Para encerrar o debate tem a palavra o senhor presidente da Câmara.

Queria que se cingisse ao tempo, por favor.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Renovo os cumprimentos ao Senhor Presidente e à

Mesa, aos Colegas Vereadores, a todas as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Membros da Assembleia, Público que nos ouve e Comunicação Social.-----

-----Permitam-me começar a responder aqui pelo senhor deputado Mário

Figueiredo, dizendo que a sua afirmação de que, um bocado secundada também pelo Bloco de Esquerda, não pagamos é uma solução que é incompreensível.

Como sabe, há municípios, e ficou aqui dito na última Assembleia de vinte e oito de fevereiro, que há municípios que efetivamente já foram à falência...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Parem o tempo, por favor! Senhor deputado, não

estou a perceber o que é que se passa. O senhor presidente da Câmara está a usar da palavra e o senhor deputado está a atropelar a intervenção. Pedia para

não fazer isso, tenhamos respeito democrático, por favor.-----

-----Tem a palavra, senhor presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Ó senhor deputado, verdade... verdade... estamos

conversados. Quanto à vossa forma de resolver o problema, estamos conversados.-----

-----E dizer-vos aos dois em particular que se eu fosse, em dois mil e nove, a

negociar com uma mochila de vinte e quatro ponto cinco milhões naturalmente sentir-me-ia muito mais confortável e teria muitas mais soluções. O que acontece

agora é uma mochila de duzentos e catorze milhões e, portanto, o que temos aqui em mãos é resolver este problema, e é isso que nós estamos aqui a fazer.---

-----Quanto às questões que colocou, o que é importante perceber é o caso

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

75

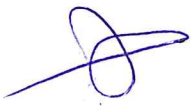
base, fomos repescar o caso base do acordo que o Partido Socialista fez em dois mil e dezoito. Porquê? Porque mais ajustado à realidade, aos consumos. É assim que defendemos junto da ERSAR. Porque o contrato com a variação de vinte por cento que estava no contrato original é que originou este desequilíbrio económico-financeiro. Daí que fomos buscar o caso base que nos pareceu ajustado.-----

-----Recato? Contenção? Caro amigo, recato e contenção temo-lo tido. Agora, o não pagamos! O que é isso? Disse o senhor... Eu consigo interpretar o que diz, portanto, disse o senhor.-----

-----Senhor deputado Nélson Brito, permita-me secundá-lo nas perceções. Na verdade, a perceção que eu tive com o cinismo e a ironia que utilizou, ironia que é uma figura de estilo que eu adoro, que acho muito interessante na política, foi para esconder a falta de argumentação. E permita-me questioná-lo diretamente porque se calhar tomei má nota do que disse. O senhor sugere que a melhor solução é pagar a indemnização? Foi o que disse? Foi o que disse no final ou não? Só para eu perceber de uma forma muito clara. E se representa a si, ao Partido Socialista. Isto para nós é importante perceber qual é o posicionamento. Se percebi bem o que disse, a posição do Partido Socialista finalmente acontece: é pagar a dívida, pagar a indemnização, e depois seja o que Deus quiser, quanto pior, melhor.-----

-----Senhor deputado Nuno Martins, é importante vir para aqui com preparação, com muita preparação. Dizer para eu ir falar com os vereadores de então por causa das consequências da ERSAR?! Que confusão para aí vai. Sabe que o primeiro e o segundo aditamento foram enviados, remetidos para o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas respondeu dizendo que não carecia de visto prévio. Portanto, dizer isso, não sei o que quis dizer, mas é absolutamente impreparação, que não lhe fica bem.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto a outras questões que foram aqui levantadas que me parecem ser mais sérias em termos de debate político, é importante referir o seguinte: o que está aqui em causa são duzentos e catorze milhões. O que é que nós tentámos fazer? Reduzir significativamente este valor. Como? Através de uma indemnização direta de dezoito milhões, mais um investimento por parte do município de sete milhões, mais, fazer o que o Partido Socialista já também propunha, não rececionar as rendas que estavam previstas. Isto no total, contabilizando os anos todos, dá aproximadamente trinta e oito ponto cinco milhões de euros. O que quer dizer que há um diferencial de cento e setenta e seis milhões de euros. E para nós chegarmos a um acordo destes de cento e setenta e seis milhões de euros só tínhamos duas hipóteses: ou prolongávamos o tempo ou dávamos mais indemnização. E pareceu-nos mais ajustado este equilíbrio.-----

-----E depois dizer-lhe que, relativamente aos tarifários, o que está em causa, e vou repescar o que diz a ERSAR relativamente ao acordo de dois mil e dezassete, e leio exatamente o que aqui está: *“A compensação pela não atualização tarifária desde dois mil e nove importa dez milhões de euros”*. Isto até dois mil e dezassete. Ou seja, o facto de não ter havido qualquer tipo de aumento ao nível da inflação, e só da inflação, provocou um desequilíbrio de dez milhões de euros. *“Em linha com os mecanismos de reequilíbrio económico-financeiro previstos no contrato de concessão, a proposta penaliza significativamente os utilizadores uma vez que transfere parte substancial da compensação para os utilizadores, cerca de cento e trinta e três milhões de euros”*. É a ERSAR que diz relativamente ao acordo de dois mil e dezassete. *“Através do ajustamento das tarifas, designadamente saneamento e tratamento das águas residuais e de ajustamentos anuais destes superiores à taxa da inflação”*. Como eu disse há pouco, podiam atingir noventa e um por cento em dois mil e trinta. Ou seja, relativamente ao acordo que vocês

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

77

queriam impor, e que vocês acham que é melhor, estamos conversados, penalizava seriamente os munícipes e os cofres do município. Tanto mais que o que nós conseguimos neste acordo foi que o tarifário fosse apenas o índice do consumidor.-----

-----Mas deixem-me dizer uma coisa, vocês todos, todos os partidos sem exceção, entendem que o que diz a ERSAR é lei e que, portanto, temos que cumprir tudo o que diz a ERSAR. Então eu estou muito confortável com isso, porque quando eu aqui aprovar ou quando eu trouxer aqui assim o aumento do tarifário relativamente aos resíduos abaixo do que fixa a ERSAR de uma forma vinculativa, vocês todos vão votar contra e querem que seja um aumento maior porque é para fixarem com a ERSAR. Eu espero ver essa coerência. Vocês apelaram ao executivo para aumentar as tarifas dos resíduos porque a ERSAR fixou um valor diferente. Portanto, eu quando propuser uma redução a essa tarifa vocês vão dizer “não, votamos contra porque o que a ERSAR fixa é o que é verdade e temos que o fazer”. Portanto, vou ver essa coerência na altura certa.--

-----Relativamente aos *fees* de gestão que o senhor disse que neste acordo eram zero ponto cinco por cento relativamente àquilo que a ERSAR aponta, de dois mil e dezassete, eles são muito mais cáusticos, porque o aumento é de zero ponto oito. E que, para além disso, estimavam um aumento de oito milhões sem justificação. É de dois mil e dezassete, que eu posso-lhe fornecer para ficar completamente elucidado.-----

-----Quanto à outra questão que coloca, que também acho que faz sentido falar nela, relativamente à TIR acionista. Relativamente à TIR acionista, nós temos a resposta clara relativamente a isso, porque o que acontecia no acordo de dois mil e dezassete é que, como a Câmara era parceira em quarenta e nove por cento, havia aqui um desfasamento e alguma confusão porque o concedente era simultaneamente concessionário. Portanto, havia aqui qualquer coisa que não

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

batia certo. E a TIR na altura, que vocês propunham, era ligeiramente mais baixa que esta, mas tinha uma componente de previsibilidade muito maior. Aquilo que diz é que o risco corre todo pelo lado da concessionária e não pelo lado da concedente, ou seja, o risco não é para a Câmara Municipal, o risco é para a concessionária, e isso faz toda a diferença neste acordo.-----

-----Embora tenha mais tempo, julgo que já foi suficientemente discutida esta questão. Por mim podiam dobrar os tempos para as pessoas serem esclarecidas ao limite. E renovo aquilo que disse: eu não quero transformar um acordo que vai permitir estabilizar e regularizar e provocar e estimular mais investimento em rede de água e saneamento numa questão jurídico-legal. Nesse sentido, já disse e mantenho esse compromisso, para a semana vou dar instruções para enviar previamente para o Tribunal de Contas, embora tenha a convicção que não é necessário, tenho o conforto de pareceres robustos e consistentes. Parece-me que é preferível, uma vez que eu tenho essa convicção, ir ao encontro das vossas dúvidas ou dos vossos desconfortos e apresentar isso previamente para isso que não seja... imaginem, era aprovado, ia ser concretizado no TAF de Braga, e depois andávamos meses, anos, “Esconderam do Tribunal de Contas. Não levaram ao Tribunal de Contas”, quando o Tribunal de Contas concomitantemente pode fazer sempre que quiser. Assim fica limpinho, clarinho, transparente e sem qualquer dúvida pela nossa parte.-----

-----Respondendo ao deputado Rosa, efetivamente o tempo foi o tempo de esperar pelos pareceres. Não faria sentido nós apresentarmos uma resposta uma vez que pedimos os pareceres jurídicos. Os pareceres jurídicos, metendo-se o mês de agosto, só vieram no início de setembro, só nessa altura é que entendemos que faria sentido colocar à discussão de todos e neste caso do executivo o parecer e a resposta. Isso não atrasou tempo nenhum, porque estava previsto, ao contrário do que disse aqui o deputado Mário Figueiredo, estava

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

79

previsto no calendário que apresentámos em fevereiro de dois mil e vinte e três e esse calendário apontava para que nós neste mês, mês de setembro, fizéssemos a aprovação final do contrato e do acordo. Para quê? Para depois entregarmos ao TAF de Braga para ser validado, fiscalizado e validado. Portanto, não houve aqui assim medos ou receios. Não. Nós dissemos em fevereiro qual era o calendário e estamos a cumpri-lo. Isto chama-se estabilidade, isto chama-se previsibilidade, isto chama-se respeito.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Gostaria de fazer só um breve considerando. Como sabem, nós temos um regimento que foi aprovado por todos os membros, é este documento que está aqui, foi aprovado, tem quarenta e quatro artigos, e o curioso do regimento é que aqui, no que fala dos deputados, antes dos direitos vêm os deveres e um dos deveres dos deputados, diz o artigo trinta e oito, "*Constituem deveres dos Membros da Assembleia, nomeadamente: respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus Membros; e observar a ordem e disciplina fixados no Regimento e acatar a autoridade por ele ou pela Lei conferida ao Presidente da Assembleia*". Portanto, eu não tenho nenhum capricho de estar aqui a interromper, mas essa autoridade que me foi conferida por regimento e que me foi conferida pelos senhores deputados leva-me a pedir que não haja interrupções e que haja urbanidade e respeito democrático quando alguém está a falar. Procuro que isso seja feito de igual forma para todos os deputados, sejam do partido A, sejam do partido B, seja o presidente da Câmara, sejam vereadores. Eu pedia essa contenção, uma contenção democrática e respeito pelo regimento e pelas normas que temos aprovadas.-----

-----Vamos então passar à votação!-----

-----Vamos votar o ponto dois e três em separado.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto dois: discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga do acordo de reposição do equilíbrio financeiro da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (acordo quadro que se destina a pôr termo à ação executiva existente, por via de transação).-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Vinte e um: dezassete PS, um TB, dois BE, um PCP)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Quatro: um PS, dois CH, um TB)-----

-----Quem vota a favor?-----

----- (Oitenta e seis: vinte e oito PS, trinta e dois PSD, vinte BTF, dois CDS, quatro IND)-----

-----Este ponto está aprovado por maioria com vinte e um votos contra, quatro abstenções e oitenta e seis votos a favor.-----

-----Ponto três: discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga da adenda ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (para vigorar a partir de dois mil e vinte e quatro), fazendo desta parte integrante os seguintes anexos:-----

-----Anexo um – Caso Base Revisto;-----

-----Anexo dois – Tarifário Revisto (para vigorar em dois mil e vinte e quatro);-----

-----Anexo três – Protocolo Tarifário Especial (social);-----

-----Anexo quatro – Plano de Investimento da Concessionária;-----

-----Anexo cinco – Plano de Investimentos Municipal.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Vinte e um: dezassete PS, um TB, dois BE, um PCP)-----

-----Quem se abstém?-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

81

----- (Cinco: dois PS, dois CH, um TB)-----

----- Quem vota a favor?-----

----- (Oitenta e seis: vinte e oito PS, trinta e dois PSD, vinte BTF, dois CDS, quatro IND)-----

----- Este ponto está também aprovado por maioria com vinte e um votos contra, cinco abstenções e oitenta e seis votos a favor.-----

----- Iremos agora para o ponto quatro: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão da Carta Educativa do concelho de Barcelos.-----

----- Relativamente ao ponto quatro houve aqui uma solicitação, que foi acordada em Conferência de Líderes, que era este ponto quatro passar para penúltimo, para o ponto imediatamente antecedente à informação escrita do senhor presidente da Câmara.-----

----- Propunha essa alteração à ordem de trabalhos.-----

----- Perguntava:-----

----- Alguém vota contra esta alteração?-----

----- (Ninguém)-----

----- Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

----- Está aprovada por unanimidade.-----

----- Portanto, este ponto quatro passará para penúltimo.-----

----- Assim sendo, vamos entrar no agora ponto quatro, que era o ponto cinco: discussão e votação do Regulamento Municipal de Sistema de Partilha em Modos Suaves de Transporte.-----

----- Inscrições!-----

----- Tem a palavra a senhora deputada Catarina Duarte, do Partido Socialista.-----

DEPUTADA DO PS – Catarina Duarte – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Presidentes de Junta e União de Freguesias e Colegas Deputados, agradecimento ao Público aqui presente e cumprimentos a quem nos acompanha via *Web*, boa noite.-----

-----Aprovar um regulamento de sistema de partilha de modos suaves de transporte parece-nos, no mínimo, questionável, quando temos em construção uma ciclovia que muito transtorno tem causado aos barcelenses, que a cada dia que passa é mais caótica.-----

-----Não me incomoda dizer que o projeto das ciclovias elaborado pelo Partido Socialista e realizado pelo atual executivo não se coaduna nem se ajusta com a realidade dos barcelenses.-----

-----Quando algo não está bem devemos ter a humildade de o admitir. Mas mais do que isso, quando se deteta que algo não está bem, temos a responsabilidade e o dever de corrigir antes da sua realização. Fazer e depois emendar é quase como fazer uma saia curta e depois a querer comprida.-----

-----As ciclovias, bem como outras intervenções em termos de mobilidade mal preparadas, têm trazido dissabores e complicações. As bicicletas são primariamente utilizadas como recreação e desporto, não como meio de locomoção. E os estacionamentos suprimidos, sobretudo junto à estação, ao Centro de Saúde de São José, que alternativas estão previstas? Quem utiliza o comboio (aí sim, é uma alternativa de meio de transporte muito utilizado) está sujeito a perdê-lo só pelo tempo que leva a estacionar. O Centro de Saúde de São José está com acesso complexo, que alternativas têm os utentes?-----

-----Estes dias fui abordada por um cidadão que me mostrou fotografias da Rua Teotónio da Fonseca, onde os automóveis invadem os passeios pedonais forçando as pessoas, principalmente as de mobilidade reduzida, a circular pela estrada. Confesso que fiquei preocupada. Pela falta de civismo e consciência do ser humano, mas também pela falta de fiscalização e controlo a este tipo de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

83

comportamentos. Não sei qual o entendimento entre o município e as autoridades fiscalizadoras, mas seria pertinente rever essa situação.-----

-----Contudo, antes de se fazerem ciclovias urbanas extensas, deveríamos ouvir a população que deverá servir-se das mesmas e diagnosticar o seu real impacto na cidade. Certo que temos de começar por algum lado. Mas antes da realização das mesmas, urge uma consciencialização e sensibilização dos cidadãos, como também uma adaptação plausível para a cidade e para o concelho.-----

-----O quotidiano tem um ritmo cada vez mais alucinante. A preocupação ambiental é cada vez mais mencionada. Estes, entre outros vetores, devem caminhar lado a lado, o que nem sempre sucede, e a implementação de intervenções públicas mal preparadas e comunicadas poderá ser contraproducente para os objetivos pretendidos.-----

-----O caminho faz-se caminhando, como muitas vezes dizemos. Não podemos forçar nem precipitar determinadas ações.-----

-----Atos imprevistos traduzem-se em transtornos a terceiros.-----

-----Façamos, de forma razoável, com que seja possível a aceitação e implementação de novas práticas, novos comportamentos e novos pensamentos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

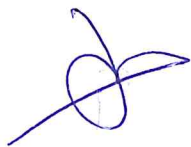
-----Tem a palavra o senhor deputado Tiago Dias, do BTF.-----

DEPUTADO DO BTF – Tiago Dias – Como a hora já vai tardia, cumprimento todos na figura do senhor presidente.-----

-----Neste ponto quatro da ordem do dia discutimos e votamos o Regulamento Municipal de Sistema de Partilha em Modos Suaves de Transportes.-----

-----E sobre esta matéria mais uma vez o executivo toma uma iniciativa sobre uma problemática a merecer regulamentação.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Fica aqui demonstrado que este executivo tem uma consciência cívica e de salvaguarda pelos direitos de todos os que pretendam usar o novo conceito de partilha em modos suaves de transportes, mas com regras claras e prescritas na defesa do bem geral.-----

-----Em face da importância e de oportunidade do alcance de tal regulamentação, o BTF vota favoravelmente este ponto quatro da ordem do dia.-

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de Esquerda.-

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Uma vez mais cumprimentando todas e todos os presentes e quem nos segue via *Web* na sua pessoa, senhor presidente.-

-----Relativamente ao regulamento presente no ponto quatro, o Bloco de Esquerda, como devem saber, é favorável à mobilidade suave e a estas formas de retirar os automóveis das cidades. Ainda assim, somos favoráveis à mobilidade suave, somos favoráveis às ciclovias, mas não somos favoráveis a autênticos tapetes vermelhos pelo meio da cidade, que é uma forma bastante interessante de apelar ao carácter único de Barcelos, temos que assumir isso, mas que em nada ajuda a mobilidade suave. Estamos a falar de autênticos tapetes que estão no meio da estrada e para que é que estão ali? É para o ciclista sentir-se especial por ir à frente dos carros no tapete vermelho? Ainda estamos para perceber, porque de facto não altera em nada o trânsito, aliás, muito pelo contrário, piora. E achamos que é também um bocado de amadorismo, acho que é a palavra correta, o projeto ter avançado, sendo que já temos as questões do rio, as questões da água, temos agora a questão da mobilidade, tudo grandes promessas, tudo grandes conquistas, e depois temos que dar marcha-atrás porque não servem Barcelos, não servem os barcelenses. E, relativamente a esta situação, achamos que é lamentável esta situação dos tapetes vermelhos que podem transformar a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

85

estética da cidade, mas que em nada garantem um melhor acesso de mobilidade ou garantem sequer uma maior adesão à utilização de meios de mobilidade suave, nomeadamente as bicicletas.-----

-----Ainda assim, achamos que é muito interessante e muito positivo que o executivo aposte nesta mobilidade, nestas formas de mobilidade, que faça este regulamento, agora temos que fazer as coisas bem, não é fazer as coisas às três pancadas com projetos que não servem a cidade e que em nada contribuem para o aumento da adesão na mobilidade suave.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----A senhora deputada Rosa Macedo, do Partido Social Democrata, é a próxima intervenção.-----

DEPUTADA DO PSD – Rosa Macedo – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, quem nos assiste presencialmente e via *Web*, Comunicação Social, a todos muito boa noite.-----

-----Os modos suaves de transporte compreendem um dos temas atuais, debatido um pouco por todo o mundo, representativo das boas práticas a aplicar nas malhas urbanas no âmbito da sustentabilidade ambiental.-----

-----Entende-se por modos suaves de transporte a deslocação por bicicletas, patins, *skate*, trotinete ou mesmo a deslocação a pé. Ou seja, todo o tipo de mobilidade que contrarie a mobilidade automóvel, por exemplo.-----

-----A mobilidade tem-se tornado um sinónimo de qualidade de vida, crescimento económico e progresso. Assim, de modo a combater a saturação da qualidade do ar, as emissões de dióxido de carbono e a poluição sonora, a mobilidade suave surge como uma solução que visa diminuir a utilização de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transportes individuais motorizados, promovendo uma prática mais sustentável de mobilidade aos cidadãos.-----

-----Para tal, têm-se criado infraestruturas e alterado regras nas cidades para que tipos de deslocação que têm características distintas, nomeadamente em termos de velocidade, entre outras, possa ser feita com maior segurança.-----

-----Saudamos particularmente hoje aqui a intervenção da deputada do Partido Socialista que assumiu de uma vez por todas que os erros existentes na ciclovia foi do anterior executivo, foi da responsabilidade do Partido Socialista que, como disse e muito bem, não ouviu os barcelenses. Sabemos que o atual executivo, por ter detetado erros nos planos, já mandou parar partes dos trajetos das ciclovias para resolver problemas como os dos estacionamento. Eu sei que a mudança muitas vezes faz alguma espécie e que não é fácil de aceitar. Mas ou nos guiamos por um interesse coletivo mundial e de implementar soluções mais sustentáveis e amigas do ambiente ou então isto nunca mais sai do mesmo ponto.-----

-----Por isso, o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente o Regulamento Municipal de Sistema de Partilha em Modos Suaves de Transporte, uma vez que se trata de um tema presente de máxima importância ambiental e social.-----

-----Obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, renovo os cumprimentos, e respetiva Câmara.-----

-----Barcelos precisava de um regulamento que disciplinasse a partilha de velocípedes e equipamentos equiparados.-----

-----Em boa hora o executivo municipal o apresenta.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

87

-----A implementação de modos suaves de transporte é essencial em Barcelos para promover a mobilidade sustentável e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.-----

-----A implementação dos modos suaves de transporte pela diminuição da circulação de veículos automóveis que o acompanha ajuda na redução da poluição do ar, na redução da poluição sonora, na diminuição de congestionamento nas ruas e reduzem a pressão sobre o estacionamento.-----

-----A implementação dos modos suaves também contribuirá para a sustentabilidade ambiental de Barcelos, reduzindo as emissões de carbono e incentivando a adoção de formas de transporte mais ecológicas, alinhando a cidade com as metas de combate às mudanças climáticas.-----

-----O CDS irá votar favoravelmente o presente regulamento.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Senhor presidente da Câmara, deseja intervir neste ponto?-----

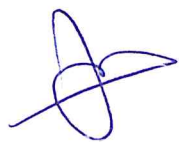
PRESIDENTE DA CÂMARA – Renovo os cumprimentos ao Senhor Presidente e à Mesa, aos Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesias, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Caríssimo Público, Comunicação Social.-----

-----Naturalmente este regulamento é importante porque vai na direção certa de privilegiar os peões, os modos suaves de mobilidade e também os transportes públicos.-----

-----Nesse sentido, louvo aqui as intervenções todas porque espelham exatamente aquilo que nós pensamos relativamente a esta questão, menos aquele aparte do senhor deputado Miguel Martins relativamente à impreparação ou amadorismo. Eu vou-lhe explicar o que é que aconteceu.-----

-----Quando chegámos, o Partido Socialista não cometeu um, cometeu dois

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

erros muito importantes. O primeiro erro, ter colocado a concurso. Já o concurso estava feito quando nós chegámos, sem haver a tal discussão pública que há pouco disseram. Mas, pior do que isso, juntaram dois concursos: o das ciclovias e o do rebatimento dos abrigos para transportes públicos. E esse projeto estava financiado pelos fundos comunitários. E estamos a falar num montante de quatro ponto cinco milhões de euros. Se tivessem feito dois projetos diferentes, dois concursos diferentes, garanto-lhe que assumiria o risco de não avançar com as ciclovias. Até porque em sede de reunião de Câmara, na oposição, o PSD e o CDS-PP apresentaram uma proposta, que foi votada também favoravelmente pelo BTF, em que dizíamos que antes de qualquer intervenção devia ser feito um estudo de impacto não só do trânsito mas sobretudo do estacionamento. Tal não foi possível. E quero recordar que o impacto económico dos rebatimentos é muito superior à ciclovia. O impacto económico dos rebatimentos tem cerca de dois terços do financiamento. E ia também na direção certa, esse sim, esse projeto, que iria dar melhores condições para a utilização dos transportes públicos. E, portanto, nós ficámos com este problema nas mãos. O que é que fizemos? Tentámos convencer o projetista, antes da obra se iniciar, de corrigir algumas coisas. Ele foi inflexível porque, e é respeitável a posição dele, no congresso que aconteceu aqui nesta casa em dois mil e vinte e um, junho de dois mil e vinte e um, se não estou em erro, dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, agora não posso precisar a data, mas houve aqui este congresso em que veio cá o senhor presidente da Federação de Ciclismo, vários tratadistas desta matéria em apreço, e todos foram unânimes que este era um projeto que foi até laureado, o projeto de intervenção das ciclovias, porque ia na direção certa. Que não há dúvida que ia na direção certa, mas num *timing* desajustado. O que eu tentei convencer o senhor projetista foi que não está em causa o projeto em si ou as virtualidades que o projeto no futuro poderá trazer, o que estava em causa é o

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

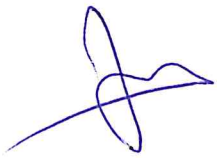


BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo. Às vezes uma boa ideia no tempo errado redundando numa má solução. E foi o que aconteceu. O que é que nós fizemos? Assumimos algumas ruturas e dissemos: “Na Avenida Dom Nuno Álvares Pereira não vai haver intervenção; na Avenida dos Combatentes não vai haver intervenção; na Avenida Alcaides de Faria não vai haver intervenção; na Avenida João Duarte não vai haver intervenção”. E eu fiz esse compromisso com o projetista e ele não quis mesmo assim aceitar, foi que depois de estarem as passagens de nível concluídas e o estacionamento previsto, aí sim, poderíamos recuperar, repescar estas ciclovias. Ele não entendeu dessa forma, nós pura e simplesmente retirámos, perdendo naturalmente aqui algum financiamento, bem menor do que seria se fosse retirado todo, uma vez que tinha os dois projetos. Mas também na Avenida Sidónio Pais ele, aí sim, percebeu e aceitou refazer e não fazer a via segregada e fazer a via partilhada, que também é uma prática muito comum em todas as cidades que têm ciclovias. Quanto à Avenida João António Pereira Peixoto Machado, do tribunal, também fomos a tempo, e demorou mais tempo porque tivemos que tentar convencer o senhor arquiteto de que era impensável naquela zona, naquela artéria, tirar estacionamento de um lado e do outro, era impensável. Uma coisa positiva iria redundar num fracasso total. E conseguimos recuperar isso. No centro histórico naturalmente também retirámos as ciclovias.-----Quanto à metodologia, não pomos em questão, porque na verdade as vias partilhadas têm que ser na faixa direita deslocada do passeio. São as regras da Direção-Geral de Aviação.-----A pintura vermelha?! Não é aquela que eu mais gosto, sinceramente, embora sendo benfiquista, mas acho que também não poderíamos ir desvirtuar todo o projeto do senhor arquiteto. E, nesse sentido, nós assumimos, não com amadorismo, com coragem, com consistência, com preparação, todas estas posições que eram importantes.-----

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos então passar à votação do agora ponto quatro: discussão e votação do Regulamento Municipal de Sistema de Partilha em Modos Suaves de Transporte.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Catorze: doze PS, dois BE)-----

-----Quem vota a favor?-----

----- (Noventa e dois: trinta e dois PS, trinta e dois PSD, dezanove BTF, dois CH, dois TB, dois CDS, um PCP, dois IND)-----

-----Este ponto foi aprovado por maioria com catorze abstenções e noventa e dois votos a favor.-----

-----Aqui chegados a este ponto da ordem de trabalhos, regimentalmente estamos com três horas de debate, temos ainda bastantes pontos, vamos interromper aqui a sessão, vamos continuar na próxima semana, dia quatro de outubro, quarta-feira, vinte e uma horas.-----

-----Antes de saírem, e para dar execução imediata às deliberações até agora tomadas, proponho a aprovação da ata em minuta.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e quatro PS, trinta e dois PSD, dezanove BTF, dois CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, dois IND).-----

-----Estão interrompidos os trabalhos até quarta-feira, para uma segunda

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

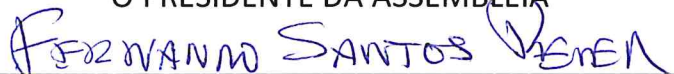
reunião.-----

-----Assim sendo, a sessão continuará no dia seis de julho, às vinte e uma horas, neste mesmo local.-----

-----A sessão foi interrompida às zero horas e dez minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três.-----

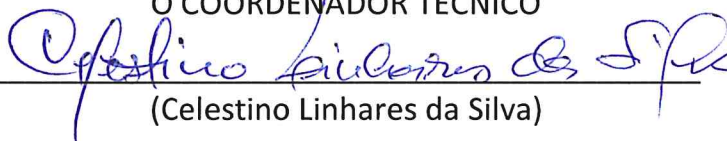
-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O COORDENADOR TÉCNICO

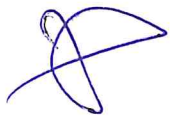


(Celestino Linhares da Silva)

-----Apenso-se a esta ata o Voto de Pesar e Solidariedade pelo Povo Líbio e Marroquino, apresentado pelo TB, constituído por uma página, cuja votação encontra-se inserta na página trinta e cinco.-----

-----Apenso-se a esta ata a Moção "*Menos carros, mais transportes públicos!!*", apresentada pelo BE, constituída por três páginas, cuja votação encontra-se inserta na página trinta e seis.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Apensa-se a esta ata as Declarações de Voto do TB relativas aos pontos:--

-----Dois – Discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga do acordo de reposição do equilíbrio financeiro da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (acordo quadro que se destina a pôr termo à ação executiva existente, por via de transação);-----

-----Três – Discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga da adenda ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (para vigorar a partir de dois mil e vinte e quatro), fazendo desta parte integrante os seguintes anexos:-----

-----Anexo um – Caso Base Revisto;-----

-----Anexo dois – Tarifário Revisto (para vigorar em dois mil e vinte e quatro);-

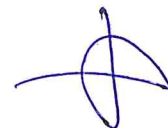
-----Anexo três – Protocolo Tarifário Especial (social);-----

-----Anexo quatro – Plano de Investimento da Concessionária;-----

-----Anexo cinco – Plano de Investimentos Municipal;-----

-----Quatro – Discussão e votação do Regulamento Municipal de Sistema de Partilha em Modos Suaves de Transporte.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



ÍNDICE

Ata n.º 20 de 28 de setembro de 2023

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
06	Período de antes da ordem do dia
06	Moção do BTF " <i>Direitos das Pessoas com Deficiência</i> "
09	Moção do CH "Educação, um direito fundamental de todos"
36	Moção "Inclusão do novo Hospital de Barcelos no Orçamento do Estado/2024"
40	Divulgação dos resultados da eleição para a CPCJ
41	Período da ordem do dia
41	Aprovação das atas das sessões de 29 de junho e 4 de agosto de 2023 (1º Ponto)
42	Discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga do acordo de reposição do equilíbrio financeiro da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (acordo quadro que se destina a pôr termo à ação executiva existente, por via de transação) (2º Ponto)
42	Discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga da adenda ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (para vigorar a partir de 2024), fazendo desta parte integrante os seguintes anexos: 1 – Caso Base Revisto; 2 – Tarifário Revisto (para vigorar em 2024); 3 – Protocolo Tarifário Especial (social); 4 – Plano de Investimento da Concessionária; 5 – Plano de Investimentos Municipal (3º Ponto)
81	Alteração da ordem dos pontos da ordem do dia
81	Discussão e votação do Regulamento Municipal de Sistema de Partilha em Modos Suaves de Transporte (4º Ponto)
90	Aprovação da ata em minuta

CÓPIA CÓPIA CÓPIA

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Aprovado por unanimidade
FERNANDO SANTOS PEREIRA
29/9/2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

REQUERIMENTO/PERGUNTA

N.º _____ DATA 25-09-2023

TB TODOS
BARCELOS

VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE PELO POVO LÍBIO E MARROQUINO

No passado dia 10 deste mês inundações catastróficas afetaram o leste do Líbia. As águas romperam duas barragens e derrubaram quatro pontes na cidade portuária de *Derna*, a mais afetada, que praticamente submergiu quando o furacão Daniel atingiu o país. Os números são contraditórios, mas o balanço provisório aponta para vários milhares de mortos, e outros tantos desaparecidos. Há um largo número de deslocados na ordem das várias dezenas de milhar.

Na noite de 8 para 9 de setembro na província de *Al-Haouz*, a sul de Marraquexe, ocorreu aquele que viria a ser considerado o sismo mais mortal no país desde 1960. Segundo os números oficiais publicados mais recentemente esta tragédia provocou cerca de 3000 mil mortos e quase 6000 feridos e vários milhares de desalojados,

Assembleia Municipal de Barcelos reunida em Sessão ordinária no dia 28 de setembro de 2023 manifesta o seu mais profundo sentido de pesar pelas vítimas das cheias na Líbia, e os sismos em Marrocos, bem como a sua total solidariedade para com os povos destes 2 países, e cumprirá um minuto de silêncio em memória das vítimas

TB - Todos Barcelos



(Jose Rosa)

Nota: Este voto deverá ser endereçado às embaixadas da Líbia e Marrocos em Portugal

Rua Duques de Barcelos, 4750, Barcelos - td@tb-todosbarcelos.pt - +351 963848953

SECRETARIA DE DEFESA
MINISTÉRIO DA DEFESA
BRASÍLIA - DF

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

MOÇÃO

Menos carros, mais transportes públicos!!

No passado dia 7 de setembro comemorou-se o Dia Internacional do Ar Limpo para o céu azul. Esta data foi designada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) de 19 de dezembro de 2019. Sob o lema “Juntos por um ar limpo” este evento salientou a natureza transfronteiriça da poluição do ar, destacando a necessidade de ação coletiva e concertada desde o local ao global.

A mobilidade das pessoas e bens é um dos principais focos de emissão de gases poluentes e uma questão fulcral para a qualidade de vida das populações. No caso do nosso país, que adotou um modelo de crescimento urbano marcado pela profusa suburbanização cada vez mais longínqua da área central de produção de emprego, a questão acresce de importância devido ao contínuo aumento das distâncias percorridas e dos tempos de viagem nas deslocações pendulares entre residência e trabalho. Por outro lado, também assistimos a uma dispersão do território urbanizado salpicado de cidades de pequena e média dimensão com uma cada vez maior assimetria regional no acesso a bens e serviços.

Todo este desequilíbrio de expansão urbana, que tem levado a forte concentração populacional nas áreas metropolitanas em contraste com o despovoamento de todo o interior do país, tem sido marcado pela intensificação do padrão de mobilidade rodoviário por meio próprio.

Esta opção da “cultura do carro” estimulada pelo mercado consumista, resultou numa intensificação de taxas de motorização que faz com que este negócio, de forma direta ou subcontratada, corresponda a 22% do PIB com 66% da população portuguesa a deslocar-se habitualmente de carro. Toda esta primazia do transporte individual e do investimento em estradas foi acompanhado de um desmantelamento da rede ferroviária que faz de Portugal um dos países da União Europeia com maior desequilíbrio na estrutura modal entre rodoviário e ferroviário, tanto de passageiros quanto de mercadorias. Este perfil de mobilidade implica um acentuado acréscimo de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), um forte congestionamento de trânsito nos

principais eixos de tráfego, a insegurança de uma elevada sinistralidade e a díspar acessibilidade de meios e de modos de deslocação entre as diferentes regiões do país.

Urge criar uma outra conceção de mobilidade, assente nos transportes públicos coletivos, capaz de interligar o nível local e regional com os corredores rodoferroviários nacionais, complementado por plataformas logísticas que melhorem a eficiência do tráfego e facilitem a formação de cadeias de transporte multimodal. A modernização de estruturas e automatização dos equipamentos de forma a melhorar a comodidade e garantir a segurança dos meios e a diminuir a distância custo e tempo é outra prioridade para tornar o transporte coletivo mais competitivo e atrativo. Neste sentido, é um imperativo dos nossos dias instigar o país a uma aturada reflexão e tomada de consciência da situação atual com o propósito de promover um novo paradigma na política dos transportes. Temos de criar condições para inverter a tendência da supremacia do transporte rodoviário particular que segundo dados dos CENSOS/2021 somente 16.6% da população portuguesa utiliza transportes coletivos, com a agravante de ter diminuído 3.7% de frequência, por comparação com CENSOS/2011. Outro espaço urbano é possível, outro modelo de mobilidade é preciso.

Se o problema tem esta dimensão nacional, o distrito de Braga confirma a realidade. Num território difuso com 838 mil habitantes (8,4% população nacional), configurado por uma urbanização de baixa densidade envolvido numa periferia rural e por um quadrilátero urbano de imagem clássica de cidade central com periferia residencial em crescendo, onde se aglomera 71% da população do Vale do Cávado e do Ave (603 mil habitantes), também assistimos passivamente a um decréscimo do transporte coletivo rodoviário (escolar e empresarial) na ordem 39,7% no Vale do Cávado e 47,1% no Vale do Ave, por comparação entre 2011 e 2021 segundo a fonte citada.

Por isso, de forma abrangente e articulada com o nível de exigência e de procura, fazendo o estudo do território nas suas dinâmicas populacionais, de emprego, escolares e de mobilidade pendular intermunicipal, pode-se construir o ponto de partida basilar para uma alteração dos padrões de mobilidade. Urge criar um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (PIMT) das CIM Cávado e Ave, que tenha como principal objetivo elaborar um documento estratégico e operacional que sirva de instrumento de atuação e sensibilização, fomentando a articulação entre os diferentes

modos de transporte. Por outro lado, tenha por intenção implementar um sistema integrado de mobilidade que complemente meios para diferentes espaços e democratize a acessibilidade e o direito à mobilidade das populações. A importância social e económica dos transportes, a garantia da sustentabilidade ambiental e a eficiência do sistema de mobilidade e complementaridade de modos no médio e longo prazo, são preocupações a inscrever em qualquer plano de mobilidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária de 28 de setembro de 2023, delibera o seguinte:

- 1** – Recomendar à Câmara Municipal que proponha ao Conselho Intermunicipal da CIM Cávado a realização de fóruns de debate sobre a mobilidade na região de modo a elaborar um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (PIMT) como instrumento que equacione novas formas de organização e gestão da mobilidade quer em termos estratégicos quer em termos operacionais, permitindo uma mobilidade urbana integrada tanto a nível intermunicipal como a nível local;
- 2** – Recomendar à Câmara Municipal que pugne por uma política de transporte público coletivo de estratégia concertada entre as Comunidades Intermunicipais do Cávado, do Ave, do Alto Minho e da Área Metropolitana do Porto, de modo a tornar a mobilidade eficiente e integrada e de competitividade económica, nomeadamente com a criação de um passe de mobilidade intermodal e inter-regional subsidiado pelo Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART);
- 3** - Recomendar à Câmara Municipal que inste o Conselho Intermunicipal da CIM Cávado a apresentar ao Ministério das Infraestruturas, a criação de uma rede ferroviária de ligação direta ao quadrilátero urbano do distrito de Braga com extensão da rede suburbana da CP à ligação Porto-Barcelos e a construção da ligação ferroviária entre Braga e Guimarães.

Barcelos, 24 de setembro de 2023

Os deputados municipais do BE

José Maria Cardoso e Miguel Martins

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



Assembleia Municipal 28 setembro de 2023

Ponto 2 e 3) Discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga do acordo de reposição do equilíbrio financeiro da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (acordo quadro que se destina a pôr termo à ação executiva existente, por via de transação);
3. Discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para a outorga da adenda ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Barcelos (para vigorar a partir de 2024)

Declaração voto

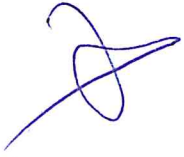
Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs Deputados, Minhas Sras e meus Srs, Assembleia municipal de 18 dezembro 2022

Relativamente à este assunto absteve-me no passado dia 28 de fevereiro.

Hoje também me abstive, por um lado devido a duvidas que tenho, não duvidas legais, mas duvidas de repercussões futuras sobretudo pelo tempo de vigência do contrato. E, por outro lado reconheço que uma solução (já aprovada em 28 de fevereiro) ainda que discutível é melhor que um indecisão por isso merece o benefício da duvida.

No entanto, de acordo com o relatório da ONU, 75% dos contratos de privatização da água celebrados em todo o mundo não são renovados e 11% são mesmo resgatados (o erário público paga para cancelar o contrato antes de tempo. Apenas 14% foram renovados.

No site *aguadetodos* que é um género de plataforma criada por 10 organizações promotoras, e hoje conta com 146 entidades e movimentos (Câmaras municipais incluídas), e eles publicaram um documento em parceria com o **STAL**- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, e um género de associação ou consórcio *analisa a privatização e reestruturação dos serviços públicos em todo o mundo, com especial enfoque na água, entre outras*. E trago este documento ou parte dele como ponto de partida para uma reflexão mais profunda sobre o assunto.



A remunicipalização da água tem vindo a acontecer um pouco por todo o mundo, não só em capitais europeias como Londres, Paris e Berlim, mas são também em locais como Buenos Aires (Argentina), Budapest (Hungria), Kuala Lumpur (Malásia), La Paz (Bolívia), Maputo (Moçambique) e houve processos que decorrem ou decorreram em concelhos portugueses como Paços de Ferreira, e Mafra. Mafra disponibilizou-se para pagar 21 milhões de euros para resgatar a concessão seis anos antes do prazo previsto.

Quando em 27 de setembro de 2004 foi outorgado em escritura pública o contrato de concessão e exploração da água e saneamento. levantei duvidas não sobre a legalidade do processo pois isso foi avaliado validado e mais tarde inclusive julgado, mas sim sobre o racional e as motivações da corrida de grandes consórcios privados ao negócio da água..

A empresa tem o legítimo anseio de obter lucro, tal como as entidades publicas, estado e Câmaras municipais devem ter como desígnio, a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Já nessa altura pareciam interesses incompatíveis.

Sobre o caso de Barcelos não há dúvidas sobre a necessidade da sua resolução. Não há dúvidas que todos queremos um desfecho célere. Mas o objetivo não pode ser apenas resolver o assunto pois há várias formas de o fazer gastando mais ou menos dinheiro, hipotecando mais ou menos o futuro. O objetivo primeiro deve ser resolver o assunto sempre em defesa do superior interesse dos Barcelenses. É isso que qualquer um de nós deseja.

Curiosamente se usarmos as novas tecnologias nomeadamente o Chat <https://chat.openai.com/chat> que como sabem é um algoritmo que usa inteligência artificial , e se lá colocarmos em inglês a questão: "**...É melhor água pública ou privada...**" ele devolve a seguinte resposta:

"...A escolha entre água pública e privada depende de vários fatores, como qualidade do abastecimento de água, custo e nível de serviço. Aqui estão algumas considerações gerais a serem lembradas.

Vantagens da água pública:

- **Os sistemas públicos de água são normalmente mais confiáveis do que os sistemas privados,**
- **Os sistemas públicos de água são geralmente mais econômicos do que os sistemas privados, pois podem aproveitar as economias de escala.**
- **Os sistemas públicos de água podem ser mais acessíveis às comunidades de baixa renda, pois normalmente são obrigados a fornecer serviço a todos os residentes dentro de sua área de serviço.**

***Vantagens da água privada:***

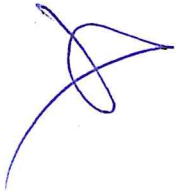
- ***Os sistemas de água privados podem ser mais eficientes do que os sistemas públicos, pois muitas vezes são administrados como empresas e estão focados em fornecer um serviço de alto nível aos seus clientes.***
- ***Os sistemas privados de água podem ser mais flexíveis do que os sistemas públicos, pois podem fazer alterações infraestruturais mais rapidamente.***
- ***Os sistemas privados de água podem ser mais inovadores pois geralmente estão mais dispostos a experimentar novas tecnologias e abordagens para melhorar seu serviço.***

Em última análise, a escolha entre água pública e privada dependerá das circunstâncias específicas de uma determinada área. É importante avaliar cuidadosamente as opções e considerar fatores como custo, qualidade, confiabilidade e acessibilidade antes de tomar uma decisão..."

Continuo com duvidas sobre o melhor caminho a seguir. Reconheço humildemente que não tenho alternativas àquilo que é proposto. A solução apresentada face ao peso da sentença ainda em vigor parece interessante. Contudo a resolução definitiva sobretudo no seu horizonte temporal parece demasiado penalizadora.

Não acredito em soluções milagrosas nem em posições imaculadas.

- Neste momento temos aqueles que criaram o problema ou cometeram o pecado original
- Depois temos os que criaram o problema e apresentam uma solução .
- A seguir temos aqueles que agravaram o problema e são a favor da solução .
- Depois temos os que agravaram o problema, não tem alternativa, mas são contra a solução proposta
- Temos depois aqueles que nada tiveram a ver com o problema como é o meu caso.
- E ***Last But not List*** temos as vítimas deste enredo que são os Barcelenses, e é por eles que todos cá estamos e é nossa obrigação zelar pelo seu superior interesse. Como alguém dizia...Não há dinheiro publico, o dinheiro sai do bolso dos contribuintes, por isso toda e qualquer implicação financeira que este processo possa ter, implicará a subtração de mais ou menos dinheiro ao bolso dos Barcelenses.

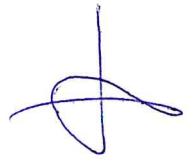


Reconheço que nem sempre podemos alcançar aquilo que pretendemos, mas, aquilo que (com base nas circunstâncias) é possível. Por isso o TB-TODOS BARCELOS se absteve.

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



Assembleia Municipal 28 setembro de 2023

Ponto 4 Discussão e votação do Regulamento Municipal de Sistema de Partilha em Modos Suaves de Transporte;

Declaração voto

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs Deputados, Minhas Sras e meus Srs, Assembleia municipal de 18 dezembro 2022

O TB - Todos Barcelos votou favoravelmente este ponto pois um sistema de partilha em modos suaves de transporte refere-se a uma abordagem em que bicicletas, “trotinetas elétricas”, e outros meios de transporte leves, são disponibilizados para uso compartilhado pelos utilizadores em áreas urbanas. Este sistema é geralmente implementado através de aplicativos móveis que permitem às pessoas localizar, desbloquear e utilizar esses veículos temporariamente, muitas vezes por um preço por minuto ou por viagem.

Essa abordagem é benéfica para a nossa cidade, pois promove a mobilidade sustentável, reduz o congestionamento do tráfego e diminui a emissão de poluentes. Além disso, oferece aos utilizadores uma alternativa conveniente e acessível ao transporte público e aos carros particulares em deslocamentos curtos. É muito importante regulamentar este uso e apelar ao bom senso dos utilizadores para que não ponham em risco a sua segurança e bens assim como de terceiros.

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA